

## **Desenvolvimento de um Projecto Agenda 21 Local para o Município de São Brás de Alportel.**

Miguel Carapucinha Martins

Relatório de Estágio de Mestrado em Globalização e  
Ambiente

Miguel Carapucinha Martins  
Desenvolvimento de um Projecto  
Agenda 21 Local para o Município de  
São Brás de Alportel. 2011

Setembro de 2011

*Dedicado à memória do  
meu pai, que esteve sempre presente quando precisei, e cuja perseverança, espírito de  
entrega e de trabalho me marcaram profundamente.*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer antes de mais, à minha mãe, pelo apoio incondicional neste percurso académico, às minhas tias pela disponibilidade, em particular à minha tia Odete pelas estadias em sua casa nas minhas deslocações a Lisboa aquando a realização deste mestrado.

De igual modo agradeço à minha orientadora, a Doutora Catarina Mendes Leal, pelo seu apoio e feedback constantes sempre que solicitados; sem a sua orientação e disponibilidade a realização deste trabalho não teria sido possível.

Um agradecimento especial para a Câmara Municipal de São Brás de Alportel por ter apoiado este projecto, e ao Dr. Vítor Guerreiro, Vice-presidente da Câmara Municipal, à Eng.<sup>a</sup> Amélia Ribeiro e ao Dr. José Serrano pelas informações fornecidas, disponibilidade e coordenação conjunta que permitiram a realização deste projecto.

Agradeço ainda a todas as instituições e seus representantes que estiveram presentes no Fórum Agenda 21 Local pela sua participação e ideias apresentadas, bem como à Dr.<sup>a</sup> Violantina Hilário, pela cedência do espaço onde o Fórum teve lugar.

Finalmente um muito obrigado a todos os meus amigos pelo apoio, opiniões e escapes proporcionados durante este processo, assim como a todos os colegas de mestrado, cuja troca de ideias e companheirismo foi sem sombra de duvida um factor fundamental para o culminar deste trabalho.

## RESUMO

**PALAVRAS-CHAVE:** Agenda 21 Local, Desenvolvimento Sustentável, Municípios, São Brás de Alportel.

O Programa Agenda 21 Local é um projecto que nasceu dos compromissos adoptados pelos países participantes na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) também conhecida por Cimeira do Rio, na qual foram estipulados uma serie de objectivos com vista à promoção e divulgação de praticas de Desenvolvimento Sustentável à escala global.

Para obter uma sociedade mais sustentável era necessário uma mudança de paradigma de métodos de desenvolvimento e de envolvimento cívico, um facto consagrado na Agenda 21 Local, dada a ênfase que o programa coloca na realidade local, e no papel que os principais *stakeholders* locais assim como toda a comunidade têm na elaboração de respostas para problemas localmente contextualizados e portanto específicos.

Existem processos Agenda 21 Local um pouco por todo o mundo, mas é na Europa, e mais especificamente na União Europeia, que foram desenvolvidos e aplicados o maior numero de processos, tendo sido alguns países europeus pioneiros a nível mundial na implantação dos mesmos.

Em Portugal só recentemente a Agenda 21 Local começou a ser tomada em consideração como instrumento de gestão local, potenciador de desenvolvimento sustentável, permitindo uma participação e envolvimento dos cidadãos, e gerador de oportunidades a nível económico e social.

A Agenda 21 Local tem-se deparado com vários obstáculos à sua efectiva difusão e implementação no território nacional, um facto que se relaciona com problemas de cariz politico e institucional, bem como de cultura cívica e participativa no geral.

O presente trabalho teve como objectivo central realizar uma caracterização social, económica e ambiental do município de São Brás de Alportel, com o propósito de desenvolver um Fórum Agenda 21 Local, discutindo os resultados do processo de investigação, e potenciando o debate e elaboração de propostas de intervenção por parte dos participantes, traçando o caminho para um futuro desenvolvimento e aplicação das restantes fases do processo Agenda 21 Local no município de São Brás de Alportel.

## **ABSTRACT**

**KEY WORDS:** Local Agenda 21, Sustainable Development, Municipalities, São Brás de Alportel.

The Local Agenda 21 is a project that grew out of the commitments adopted by the participating countries in the United Nations Conference on Environment and Development (UNCED) also known as the Rio Summit, in which were set a series of objectives for the promotion and dissemination of Sustainable Development practices on a global scale.

To achieve a more sustainable society it was necessary a paradigm shift from current development methods and civic engagement, a fact consecrated in Local Agenda 21, given the emphasis the program places on local realities, the role key local stakeholders and the community have in the development of locally contextualized responses to problems therefore specific.

There are Local Agenda 21 processes all over the World, but it is in Europe, more specifically in the European Union that the major number of processes was developed and applied, and some European countries have been pioneers in the worldwide implementation of them.

In Portugal only recently has Local Agenda 21 began to be taken into account as an instrument of local management that promotes Sustainable Development practices allowing participation and citizen engagement, and generating opportunities at a social and economic level.

Local agenda 21 has met with several obstacles to its effective dissemination and implementation in the country, a fact related to several political and institutional problems, as well as problems of lack of civic participation culture in general.

The purpose of this work was to carry out a social, economic and environmental characterization of the region of São Brás de Alportel, with the aim of developing a Local Agenda 21 Forum, discussing the results of the research process and enhancing the debate and elaboration of intervention proposals by participants, tracing the path for future development and application of the remaining stages of Local Agenda 21 in São Brás de Alportel.

## **ÍNDICE:**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO: D.S. E A21L.....</b>	<b>4</b>
1.1 Definição do Conceito de Desenvolvimento Sustentável (D.S.).....	5
1.2 Agenda 21 Local: Caracterização e Estrutura Programática.....	9
1.3 A Agenda 21 Local a Nível Internacional.....	13
1.4 A Agenda 21 Local a Nível Europeu.....	15
1.5 A Agenda 21 Local em Portugal.....	17
<b>CAPITULO II - DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E AMBIENTAL DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL.....</b>	<b>20</b>
2.1 Caracterização do Município de São Brás de Alportel.....	21
2.2 Políticas e medidas camarárias e de ONG locais de incentivo a práticas de Desenvolvimento Sustentável.....	28
2.3 Identificação de Problemas Económicos, Sociais, Ambientais, e suas Causas e Efeitos (Análise SWOT).....	31
<b>CAPÍTULO III - FÓRUM AGENDA 21 LOCAL SÃO BRÁS.....</b>	<b>35</b>
3.1 Implementação do Fórum.....	36
3.2 Instituições e seus Representantes.....	39
3.3 Temáticas Abordadas.....	43
3.4 Propostas de Intervenção.....	45
3.5 Avaliação do Fórum.....	48
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>LISTA DE FIGURAS .....</b>	<b>57</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>63</b>

## Introdução

A Agenda 21 Local é um programa das Nações Unidas de promoção e incentivo à implementação de políticas e modelos de Desenvolvimento Sustentável, tendo surgido aquando a realização da Conferência sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) também conhecida como Cimeira do Rio, realizada no Rio de Janeiro em Janeiro de 1992, onde participaram diversas nações que se comprometeram a coordenar esforços no sentido da criação de uma sociedade mais sustentável.

A ONU através dos seus diferentes programas, tem contribuído decisivamente para a difusão e promoção da Agenda 21 Local, à escala global, no entanto o ICLEI (International Council for Local Environmental Initiatives) assume-se como a organização mundial que de forma mais decisiva tem contribuído para a difusão, destacadamente a nível local, da Agenda 21 Local, desenvolvendo uma estrutura de orientação programática para governos e comunidades locais, facilitando assim a implementação e desenvolvimento de processos.

De facto o capítulo 28 do programa Agenda 21 Local consagra exactamente a importância das instâncias locais, da participação pública e do seu envolvimento nos processos de tomada de decisão como forma de resolver adequadamente problemas locais, preconizando que: *“como nível de governação mais próximo das pessoas, as administrações locais desempenham um papel vital na educação, mobilização e preparação dos cidadãos para promover o desenvolvimento sustentável.”*<sup>1</sup>

O objectivo primordial da Agenda 21 Local é o progressivo estabelecimento de modelos de Desenvolvimento Sustentável a nível internacional, através da acção nacional, regional, e local, desenvolvida nos diferentes países numa perspectiva de cooperação entre o poder político e sociedade civil, e do entrosamento de saberes entre os vários actores sociais.

Nos diversos países onde foram implementados processos Agenda 21 Local, esta revelou-se um importante instrumento promotor de mudanças nas administrações locais, promovendo não só o desenvolvimento de políticas de desenvolvimento sustentável, mas também permitindo um aproveitamento de sinergias entre a população civil e

---

<sup>1</sup> SCHMIDT, NAVE, GUERRA, Luísa, Joaquim Gil, João. *Autarquias E Desenvolvimento Sustentável: Agenda 21 Local E Novas Estratégias Ambientais*. Fronteira do Caos, Porto, 2005.

decisores locais, contribuindo para a participação pública e consequente envolvimento das populações nos processos de tomada de decisão e permitindo operacionalizar a nível local, acordos e medidas estipuladas em planos e acordos internacionais e nacionais.

Em Portugal a Agenda 21 Local encontra-se numa fase bastante embrionária relativamente à sua difusão e promoção a nível nacional, embora o Estado português tenha assumido o compromisso institucional com os princípios da Cimeira do Rio, encontrando-se de igual forma veiculado a compromissos no âmbito da UE que obrigam os estados membros a desenvolver políticas de promoção de Desenvolvimento Sustentável assim como reformas na administração local, constituindo no entanto a Agenda 21 Local um excelente instrumento para operacionalizar regulamentações comunitárias e internacionais.

Não obstante a reduzida atenção que a Agenda 21 Local tem recebido por parte do poder político nacional, o número de processos registados sofreu um considerável aumento nos últimos seis anos, embora frequentemente impulsionado por ONG ou associações cívicas, sendo no entanto demonstrativo de uma mudança de mentalidades e de sensibilização para os problemas locais por parte do poder político e população civil.

Nesse âmbito, o presente relatório teve como objectivo o desenvolvimento de uma caracterização social, económica e ambiental do município de São Brás de Alportel, culminando na realização de um Fórum de participação e discussão pública envolvendo a comunidade civil são-brasense, a Câmara Municipal, e as principais instituições locais, tendo como objectivo o debate e reflexão sobre os principais problemas que afectam o concelho, e a realização de propostas no sentido da resolução desses mesmos problemas.

Implicando um processo Agenda 21 Local a participação alargada da comunidade local, assim como o envolvimento dos órgãos municipais, e sendo um processo contínuo que requer o estabelecimento de um plano de acção a médio ou longo prazo, assim como a implementação de processos de monitorização e avaliação do cumprimento de metas estabelecidas, este trabalho propôs-se lançar as bases de um processo Agenda 21 Local, ao permitir um diagnóstico dos problemas mais prementes (nas vertentes citadas) com os quais o concelho se depara, permitindo um futuro prosseguimento e implementação das restantes fases do processo no concelho de São Brás de Alportel.



O estágio que antecedeu a elaboração deste relatório teve a duração de 5 meses (de 13 de Dezembro de 2010 a 13 de Maio de 2011 respectivamente) período no qual foram realizadas diversas pesquisas documentais, revisões bibliográficas e análise de conteúdo de obras, artigos científicos e relatórios diversos sobre a temática abordada, assim como sobre a região e contexto local onde o estágio teve lugar, tendo sido realizadas entrevistas a diversas instituições locais com o intuito de recolher informações adicionais que permitissem a operacionalização pratica dos dados recolhidos, constituindo a metodologia utilizada para a realização do trabalho em questão.

Procedeu-se de igual modo ao tratamento de dados, resultantes da vertente prática do relatório, utilizando para o efeito o programa informático Statistical Package for Social Sciences (SPSS) versão 15.0.

## **CAPITULO I: ENQUADRAMENTO TEÓRICO: D.S. E A21L**

## 1.1 Definição do Conceito de Desenvolvimento Sustentável

O conceito de Desenvolvimento Sustentável (D.S.) tal como o conhecemos, começou a desenvolver-se em meados da década de 60, tendo sido impulsionado por diversos acontecimentos sociopolíticos e por vários autores e suas obras tais como o livro *Silent Spring* de Rachel Carson contribuindo para alertar as populações para o impacto das actividades humanas no meio envolvente e para cimentar a necessidade de adoptar novos comportamentos e medidas, a nível individual, colectivo e legislativo de modo a garantir uma efectiva protecção do meio ambiente.

Embora o termo Desenvolvimento Sustentável seja por vezes considerado ambíguo e passível de múltiplas interpretações, contribuiu decisivamente para a progressiva mudança do paradigma vigente na relação entre o homem, actividade humana, e meio ambiente.

Uma vez que os problemas ambientais são indissociáveis da actividade humana, e portanto dos modelos de crescimento, produção, consumo, e embora se encontrem por vezes localmente contextualizados, as suas repercussões assumem frequentemente contornos transnacionais, requerendo pois o estabelecimento de acordos, protocolos e parcerias entre a comunidade internacional, de forma a garantir uma acção concertada sobre os problemas a enfrentar.

Em 1972 foi organizada em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, na qual se discutiu o direito inalienável de todo o ser humano em usufruir de um meio ambiente saudável e dos recursos naturais de forma a satisfazer as suas necessidades; esta Conferência marcaria o início de uma série de Conferências, protocolos e acordos posteriormente realizados pela comunidade internacional, dedicadas a aprofundar e melhorar o relacionamento entre o homem e o meio ambiente, destacando-se a publicação da World Conservation Strategy (WCS) em 1980, onde seria estipulado que para proteger e gerir correctamente os recursos naturais e o meio ambiente, era necessário o desenvolvimento de modelos que interligassem os conceitos de desenvolvimento humano, de forma a reduzir as assimetrias existentes entre a população mundial, e protecção ambiental, condição essencial para atingir esse objectivo.

No ano de 1983 o então Secretário-Geral das Nações Unidas nomeou a diplomata norueguesa Gro Harlem Brundtland como responsável da World Commission on Environment and Development (WCED), com o objectivo de realizar um estudo aprofundado sobre o estado do ambiente e desenvolvimento sócio económico à escala global<sup>2</sup>.

O relatório seria publicado no ano de 1987, intitulado: “*Our Common Future*” o nosso futuro comum, definindo Desenvolvimento Sustentável como “*um processo de desenvolvimento que permite às gerações actuais satisfazerem as suas necessidades sem colocar em perigo a satisfação das necessidades das gerações futuras*”.

Alertou igualmente para a elevadíssima desigualdade existente entre disponibilidade e consumo de recursos naturais, entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento.

O nível de discrepância era tal que segundo dados do relatório, os 26% de habitantes que vivem em países desenvolvidos, consomem entre 80% a 86% dos recursos planetários não renováveis e cerca de 34% a 53% dos produtos alimentares.

Ficou assim patente que a sociedade contemporânea carecia de uma visão integradora que agregasse os conceitos de protecção ambiental e desenvolvimento socioeconómico, numa perspectiva integradora e holística, que potenciasse uma efectiva redistribuição dos recursos entre as várias regiões do globo e diminuísse as tradicionais assimetrias Norte/Sul e as problemáticas sociais, económicas, políticas e ambientais que delas advêm.

A pobreza, e insalubridade resultante da degradação ambiental, contribui por seu turno para degradar ainda mais o meio ambiente, seja através do uso irracional de terras para praticas agrícolas ou industriais insustentáveis, seja pelo crónico deficit existente entre a disponibilidade de recursos e as necessidades dos povos de países em desenvolvimento, em contraste com o consumismo e desperdício dos países desenvolvidos, que afecta o equilíbrio distributivo entre a maioria da população mundial (habitante nos países pobres) e a minoria que habita nos países ricos.

---

<sup>2</sup> W. Kates, M. PARRIS. Robert, Thomas et all. *What is Sustainable Development? Goals, Indicators, Values and Practice*. (Disponível em: [http://www.hks.harvard.edu/sustsci/ists/docs/whatisSD\\_env\\_kates\\_0504.pdf](http://www.hks.harvard.edu/sustsci/ists/docs/whatisSD_env_kates_0504.pdf) Consultado a: 14/03/2011).

De modo a atingir esse equilíbrio os velhos padrões de produção/consumo que têm guiado as sociedades ocidentais, teriam de ser repensados e redefinidos, o que implicaria a introdução de medidas de pendor tendencialmente qualitativo em vez das habituais perspectivas quantitativas.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável é pois mais abrangente do que o de protecção ambiental, implicando naturalmente a criação de leis e programas que promovam o desenvolvimento apoiado numa base de sustentabilidade, através da disponibilização de serviços ambientais, sociais e económicos de base, numa perspectiva equitativa, que permitirá uma correcta distribuição dos recursos naturais, construídos e sociais dos quais dependem esses serviços.

Em suma o Desenvolvimento Sustentável poderá proporcionar às populações uma melhoria na qualidade de vida, preservando os recursos naturais para que possam ser usufruídos pelas gerações seguintes, através de uma utilização criteriosa e simbiótica do capital natural e social.

Sendo um processo abrangente, requer a participação de múltiplos intervenientes, e uma colaboração entre os poderes institucionais e a comunidade civil, académica, científica, numa perspectiva de abertura e partilha de informações e saberes.

Nesse sentido o Relatório Brundtland<sup>3</sup> foi o predecessor de uma série de esforços posteriormente adoptados e promovidos pela comunidade internacional, nomeadamente a realização em 1989 da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) onde seriam discutidas as problemáticas e desafios apontados pelo Relatório Brundtland, destacando-se nesse mesmo ano a adopção por parte da Assembleia Geral das Nações Unidas da resolução 44/228 que foi o preludio da Cimeira do Rio realizada em 1992, e das consequentes conclusões e propostas que dela advieram.

A Cimeira do Rio representou um esforço internacional para encontrar um consenso alargado a nível global, sobre os problemas ambientais, e a necessidade de implementar e coordenar políticas com o objectivo de atingir progressivamente uma sociedade mais sustentável.

Uma década após a Cimeira da Terra, realizou-se em Joanesburgo no ano de 2002 a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (CMDS), na qual foram

---

<sup>3</sup> ROSELAND, Mark, *Towards Sustainable Communities: Resources for Citizens and their Governments*. New Society Publishers, 1998.

reforçados os compromissos assumidos pela comunidade internacional na Declaração do Rio.<sup>4</sup>

Da Cimeira da Terra resultaram a Declaração de Joanesburgo, de carácter eminentemente político, reafirmando o compromisso da comunidade internacional com o objectivo de promover, disseminar e implantar modelos de Desenvolvimento Sustentável, e o Plano de Implementação de Joanesburgo, que preconizava que as diversas nações mundiais devem realizar progressos na criação de Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável, entre os quais incentivar e aprofundar a implementação de processos Agenda 21 Local, como forma de atingir os objectivos citados.

O programa Agenda 21 sendo um instrumento de auxílio à decisão e implementação de políticas em diversos sectores, com o objectivo máximo de promover o desenvolvimento sustentável a nível mundial, através da acção do poder local, baseado nos conceitos de interligação de saberes e envolvimento das populações no processo de tomada de decisão tem revelado resultados bastante animadores nos países onde se encontra amplamente difundido e implementado, contribuindo para o cumprimento dos objectivos estipulados na Cimeira do Rio e seus predecessores.

Destaca-se o contributo que a Agenda 21 local tem desempenhado e pode vir a desempenhar em países onde começa a ser implementada, para o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) acordados pela comunidade internacional em Nova Iorque no ano 2000.

Com o intuito de garantir um desenvolvimento humano sustentável e equitativo à escala global, os ODM foram sintetizados em 8 objectivos centrais, destacando-se neste caso o sétimo objectivo referente à garantia de proporcionar sustentabilidade ambiental a nível global e para o qual o programa A21L pode dar um contributo decisivo a nível do planeamento e utilização dos recursos locais, nomeadamente em países onde subsistem problemáticas a este nível, mas igualmente na promoção de outros objectivos como seja o empowerment das populações e uma distribuição e acesso equitativo aos recursos.

---

<sup>4</sup> CUPETO, Carlos (coord.) *Guia Agenda 21 Local – Um Desafio Para Todos*. Agência Portuguesa do Ambiente, Novembro 2007.

## **1.2 Agenda 21: Caracterização e Estrutura Programática**

A agenda 21 é um programa de apoio e incentivo à implementação de práticas de Desenvolvimento Sustentável, tendo surgido aquando a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD) que teve lugar no Rio de Janeiro em Junho de 1992.

A Cimeira do Rio, ou Cimeira da Terra como foi designada, desempenhou um papel preponderante na definição de um novo conjunto de políticas, regulamentações, protocolos e responsabilidades internacionais na preservação e gestão do meio ambiente.

Na conferência do Rio estiveram presentes mais de uma centena e meia de representantes das várias Nações Mundiais, que reconheceram a necessidade de desenvolver e implementar novos modelos de produção/consumo que potenciasssem o crescimento económico, atendendo contudo à finitude e fragilidade dos recursos naturais e à pressão exercida pelo homem no meio ambiente, requerendo por isso uma gestão sustentável do mesmo.

Foi igualmente reconhecida a ligação e influência recíproca entre meio ambiente, os serviços que disponibiliza e as diversas actividades humanas, sendo que para permitir a continuidade de sectores directa ou indirectamente dependentes dos recursos naturais e assim garantir o progresso económico e o aumento do bem estar das populações, torna-se necessário a criação de políticas de minimização de impactos e/ou de recuperação de biótopos, como forma de garantir a continuidade dos sistemas ambientais e permitir o usufruto do capital natural por eles disponibilizado.

O programa Agenda 21 foi adoptado como um instrumento que permitiria às várias nações do globo implementar medidas e adoptar práticas de Desenvolvimento Sustentável, alertando para a falência dos modelos de desenvolvimento em vigor nos países industrializados e em vias de desenvolvimento, e para a incompatibilidade entre os métodos de produção/consumo vigentes e a capacidade de suporte dos ecossistemas, indo ao encontro das recomendações do relatório Brundtland.

A Agenda 21 revelou-se então como um programa ambicioso e progressista, pondo em causa modelos, concepções e crenças dados como adquiridos e inquestionáveis no mundo ocidental, alertando que, para que a implementação de modelos de

Desenvolvimento Sustentável fosse bem sucedida, seria necessário uma cooperação e coordenação globais entre os vários países aos níveis político, económico, social e naturalmente ambiental, como nunca antes havia sido feito, procurando enfatizar a necessidade e urgência dos actores locais agirem para resolverem problemáticas localizadas, que multiplicando-se por uma região, país ou continente, têm repercussões tremendas, sendo por isso necessário uma acção localizada, realizada em conjunto entre os principais *stakeholders* e a sociedade civil.

Este enfoque na realidade local advém do facto de ser a este nível que surgem as problemáticas que mais impacto directo têm nas populações, seja a nível socioeconómico, cultural e ambiental (saneamento básico, poluição atmosférica de indústrias ou tráfego local) e devido ao facto de os decisores políticos e sociedade civil se encontrarem numa posição privilegiada no que diz respeito aos conhecimentos que possuem da realidade local, podendo assim encontrar formas de resolver problemáticas específicas e localmente contextualizadas.

Assim, o 28º Capítulo da Agenda 21 consagra a importância da promoção do Desenvolvimento Sustentável a nível local: “*Cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adoptar uma Agenda 21 Local.*”<sup>5</sup>

A Agenda 21 Local privilegia deste modo o desenvolvimento de abordagens Bottom-up<sup>6</sup>, nas quais o diálogo e cooperação entre os decisores político-económicos, e a participação e envolvimento da sociedade civil nos processos de tomada de decisão é encarado como um meio mais eficaz de resolução de problemas do que as típicas abordagens Top-down<sup>7</sup> tradicionalmente usadas entre o poder central e poder local, e por sua vez entre o poder local e a sociedade civil.

Proporcionando (e exigindo) uma abertura dos governantes em relação à participação pública e o envolvimento da sociedade civil no processo de tomada de decisão, um futuro processo Agenda 21 Local deve obedecer a determinadas características que se adequem e promovam os objectivos citados.

Assim uma Agenda 21 deve ser:

---

<sup>5</sup> Local authorities initiatives in support of Agenda 21, chapter 28, section 28.3 (disponível em : [http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/res\\_agenda21\\_28.shtml](http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/res_agenda21_28.shtml) consultado a 15/03/2011)

<sup>6</sup> Processo que potencia a discussão e participação pública nos processos de tomada de decisão e o envolvimento entre agentes políticos, ONG e sociedade civil na resolução de problemáticas.

<sup>7</sup> Processo que privilegia a transmissão de informação do topo para as bases, concedendo pouco lugar para participação pública no processo de tomada de decisão e assumindo um carácter centralizador.



<p><b>Participativa</b> – apelando à cooperação entre decisores e sociedade civil (desde cidadãos anónimos até ONG, empresas entre outros) numa perspectiva de complementaridade multidisciplinar, de modo a aproximar e adequar as políticas locais aos anseios e expectativas das populações.</p>
<p><b>Cooperante</b> – levando a uma aproximação entre as diversas esferas do poder local e da sociedade civil, e promovendo consequentemente políticas de proximidade direccionadas a problemas especificamente contextualizados (os orçamentos participativos são um exemplo desta aproximação)</p>
<p><b>Dinâmica</b> – capaz de se adaptar a especificidades locais, e aberta à redefinição de metodologias e objectivos, impostos pelo processo negocial envolvido, pelo tempo e pelos recursos disponíveis numa dada altura.</p>
<p><b>Pedagógica</b> – contribuindo para a difusão de uma cultura de sustentabilidade, transversal e mais abrangente que o conceito de protecção ambiental entre a população civil, sector económico e político.</p>
<p><b>Flexível</b> – uma das características mais distintivas e importantes de um processo Agenda 21 Local na medida em que é necessário uma adaptação a inúmeras variáveis, entre elas os recursos logísticos e financeiros ao dispor, realidade sociocultural local e ambiental.</p>

A materialização prática da investigação que antecede qualquer processo Agenda 21 Local é o Fórum de discussão pública, constituindo um espaço de debate e reflexão tendo como base informação previamente recolhida e tratada, e a exposição de problemas por parte dos vários intervenientes, culminando com a realização de propostas de acção.

O Fórum Agenda 21, que pode assumir outras formas ou denominações (conselho, comissão) não possui um número estipulado de sessões, nem de intervenientes obrigatório, dependendo estes factores do lugar onde se realiza o mesmo, densidade populacional e gravidade/quantidade de problemas existentes.

Torna-se crucial o empenhamento e envolvimento das autarquias e seus representantes para institucionalizar propostas e resultados e integrá-los nas medidas a serem tomadas pela administração local.

O envolvimento dos diversos grupos de interesse (ONG, cidadãos, administração local, associações, empresas) é fundamental para uma correcta identificação e discussão das problemáticas mais prementes, bem como para a constituição de canais de informação abrangentes e transparentes, que cheguem a um máximo possível de população.

### 1.3 Agenda 21 Local a nível Internacional

Constituindo a Agenda 21 um programa internacional de incentivo ao desenvolvimento de praticas sustentáveis à escala global, tendo como enfoque e área de actuação privilegiada a realidade local, diversas organizações mundiais encontram-se directa ou indirectamente envolvidas no processo de promoção da mesma, contribuindo para dar a conhecer ao público em geral, e aos decisores locais o processo e suas linhas de orientação programática.

A ONU é a Organização Internacional que, através dos seus diversos programas, tem promovido mais activamente a Agenda 21 Local, o que não é de estranhar tendo em consideração que a mesma teve a sua origem na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD).

Entre os inúmeros programas das Nações Unidas que têm promovido a Agenda 21 Local salientam-se: o programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), a organização mundial de saúde (OMS) através do programa cidades sustentáveis, a organização mundial do comércio (OMC) e o Banco Mundial.

Existem contudo outras organizações, cujo papel na divulgação e apoio à implementação de Agendas 21 Locais têm contribuído para a sua disseminação junto da sociedade civil e decisores locais.

Destaca-se o Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI), criado em 1990 com o intuito de impulsionar programas de Desenvolvimento Sustentável à escala local, entre eles a Agenda 21, tendo desde o inicio assumido um papel preponderante na difusão e implementação desses processos e no aperfeiçoamento de medidas que permitam a optimização de políticas de Desenvolvimento Sustentável locais.

Existem processos de Agenda 21 Locais um pouco por todo o globo, no entanto a Europa assume um lugar de destaque ao revelar-se o Continente com maior numero de processos, sendo a UE a região do mundo com um maior peso na implementação da Agenda 21 Local, contando com 5.292<sup>8</sup> processos.

---

<sup>8</sup>ICLEI: Global Local Agenda 21 Summary. (Disponível em: [http://www.iclei.org/documents/Global/la21summary\\_pgs2.pdf](http://www.iclei.org/documents/Global/la21summary_pgs2.pdf) Consultado a 14/03/2011).

Segue-se a região Ásia/Pacífico com 674<sup>9</sup> Agendas 21 Locais em 17 países, destacando-se a Austrália com 176 processos, Coreia do Sul com 172 processos e o Japão com 110 processos.

Com menores efectivos, mas registando uma tendência de aumento, em virtude da divulgação do programa e da percepção de necessidade de mudança por parte de populações directamente afectadas por políticas insustentáveis, a África conta 151 processos, possuindo a África do Sul o maior número, 28 processos.

A América Latina possui um total de 119 processos, sendo o Brasil o país com maior numero de processos (36) seguindo-se o Chile e o Equador respectivamente.

A zona do Globo que menos processos Agenda 21 Local possuem é o Médio Oriente, contando com 79 processos, destacando-se a Turquia com o maior número (50).

É bastante interessante (e preocupante) salientar o facto da América do Norte, sendo uma das regiões do globo que mais contribui para o aumento dos gases de efeito estufa, e que advoga o uso continuado de métodos de gestão e produção altamente insustentáveis, não ser a vanguarda em termos de aplicação e desenvolvimento de processos Agenda 21 Local, contando aproximadamente com 101 processos.

Os dados aqui apresentados, não são contudo vinculativos, e são afectados por inúmeras variáveis, entre as quais o período temporal em que o inquérito do ICLEI foi realizado, mas de igual modo, pela utilização de instrumentos de gestão, tais como planos ambientais e de Desenvolvimento Sustentável, que embora não sendo processos de Agenda 21 Local, têm em comum determinados objectivos e podem ser confundidos com processos em curso.

Esta possibilidade não deve ser contudo encarada de forma negativa, uma vez que as metodologias e abordagens são naturalmente influenciadas pelo nível de desenvolvimento socioeconómico dos diversos países e pelas próprias características culturais, podendo mesmo alguns projectos evoluir posteriormente para Agendas 21 Locais.

Em todo o caso os dados demonstram que é no Ocidente (com destaque para a UE a 27) que se verifica um maior desenvolvimento e implementação de Agendas 21 Local, e que independentemente da região do globo onde decorram, os principais obstáculos à sua implementação são a falta de apoios e de vontade/interesse político e cívico.

---

<sup>9</sup> Idem.

## 1.4 Agenda 21 Local a nível Europeu

O continente europeu é aquele onde se regista o maior numero de Agendas 21 Local, em particular entre os países membros da UE.

Com efeito a Alemanha é o país europeu que regista um maior número de processos, 2.042 no total, representando 42,8% das Agendas 21 Local da UE e 31,8% do mundo; outros países europeus que se destacam são o Reino Unido, a Suécia, Dinamarca, Itália, Finlândia e Noruega.

Refira-se ainda que a Alemanha, Espanha, Reino Unido e Itália são os países europeus com um maior número de organizações certificadas em EMAS<sup>10</sup> e ISO 14001<sup>11</sup>.

Apesar de os países do centro/norte da Europa (em particular o Reino Unido, Suécia, Noruega e Alemanha) terem sido pioneiros na implementação de Agendas 21 Local a nível europeu e mundial, têm vindo a perder esta posição dominante e a sofrer uma relativa desaceleração a favor dos países mediterrânicos (nomeadamente Itália e Espanha) como consequência quer da disseminação dos processos, rectificação de protocolos e exigência de cumprimentos de normas ambientais, quer pela melhoria do nível socioeconómico e educacional das populações desses países, assim como um nível de concretização elevado e consolidado por parte dos países pioneiros.

A primeira Conferência das cidades e vilas sustentáveis (Conferência de Aalborg) realizada na Dinamarca, em Maio de 1994, foi um marco decisivo na promoção de iniciativas locais com vista à obtenção de padrões de Desenvolvimento Sustentável alargados, tendo o documento resultante dessa conferência (Carta de Aalborg) sido adoptado por 80 cidades europeias, marcando o arranque da Campanha Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (CECVS); a Carta de Aalborg revelou-se um instrumento de importância vital, para a dinamização da Agenda 21 Local.

Os objectivos da Carta de Aalborg são a divulgação de informação e incentivo à implementação de políticas de Desenvolvimento Sustentável ao nível local, assim como fornecer apoio a decisores locais, no desenvolvimento e/ou aplicação de legislação ambiental europeia.

---

<sup>10</sup> Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria que permite o acompanhamento do desempenho ambiental no sector empresarial.

<sup>11</sup> Conjunto de normas ambientais desenvolvidas pela International Organization for Standardization (ISO) com o intuito de minimizar os impactos ambientais decorrentes da actividade empresarial.

Após a primeira conferência, foram realizadas cinco conferências adicionais, com o intuito de aprofundar e operacionalizar os objectivos previamente acordados.

A segunda conferência decorreu em Lisboa em Outubro de 1996 tendo sido aprovado o Plano de Acção de Lisboa: da carta à acção, cujo objectivo era a criação de redes de autoridades locais para dinamizar processos de Agenda 21 Local.

A terceira conferência teve lugar no ano 2000, em Hanôver, de onde resultou o “Apelo de Hanôver” para um efectivo empenhamento das autoridades locais no desenvolvimento de modelos de Desenvolvimento Sustentável.

A quarta conferência realizou-se novamente em Aalborg em 2004 celebrando os 10 anos da carta de Aalborg (Aalborg + 10) e reafirmou o comprometimento com os princípios da carta e do programa Agenda 21 Local.

A quinta conferência realizada em Sevilha em 2007 reuniu cerca de 1500 representantes, tendo sido mais uma vez, um reforço dos compromissos estabelecidos em 1994, saliente-se que da parte de Portugal apenas estiveram presentes 10 representantes.

Embora os processos Agenda 21 não sejam estandardizados, tendo de se adaptar a diversas variáveis de acordo com o local onde são aplicados e de acordo com as características daqueles que desenvolvem o projecto, segundo a Carta de Aalborg para ser verdadeiramente eficaz e completo, um processo Agenda 21 Local deve obedecer a seis etapas fundamentais, sendo estas:

- 1) Conhecer os métodos de planificação e mecanismos financeiros existentes, bem como outros planos e programas.
- 2) Identificar sistematicamente os problemas e suas causas através da consulta pública.
- 3) Definir o conceito de colectividade sustentável com a participação de todos os seus membros.
- 4) Examinar e avaliar as estratégias alternativas de desenvolvimento.
- 5) Estabelecer um plano de acção local a longo prazo para a sustentabilidade, que deverá incluir objectivos avaliáveis.
- 6) Planificar a implementação do plano, preparando um calendário e precisando a repartição de responsabilidades entre as diferentes entidades envolvidas.

## 1.5 Agenda 21 Local em Portugal

Aquando a realização da Cimeira do Rio, Portugal comprometeu-se com os objectivos estipulados, de promover políticas que efectivamente conduzam a modelos de Desenvolvimento Sustentável.

Para dar seguimento a esses compromissos assumidos na Cimeira do Rio, e de modo a cumprir com as orientações, protocolos e políticas no âmbito da UE, foi criada em 2002 a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS).

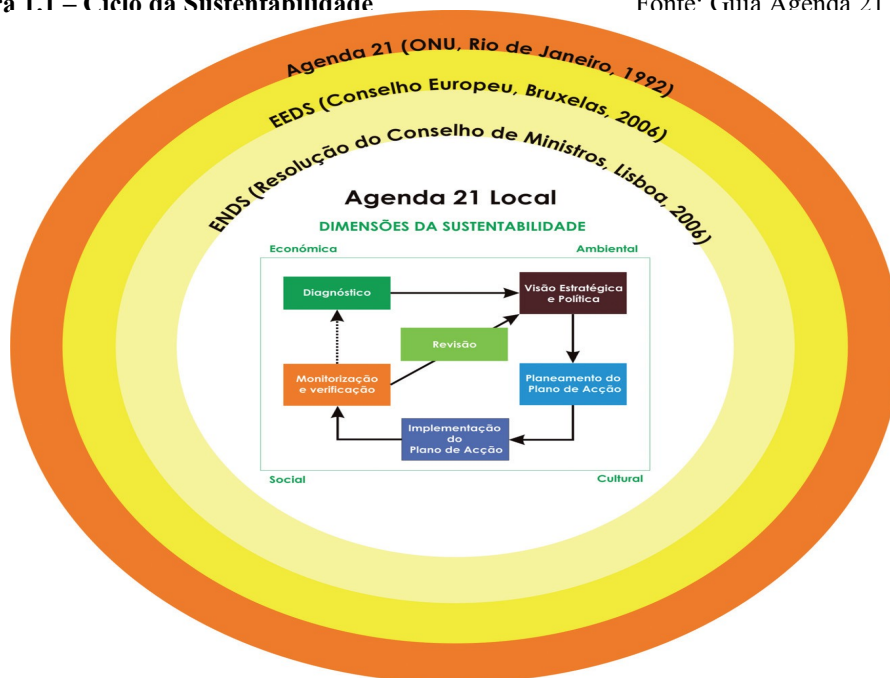
A primeira referência sobre a Agenda 21 Local, surge nesta versão inicial da ENDS, sendo posteriormente reforçada com uma nova versão em 2004.

De forma a operacionalizar os objectivos da ENDS foi aprovado em Resolução do Conselho de Ministros a 28 de Dezembro de 2006 o Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (PIENDS), constituindo a Agenda 21 Local um instrumento de excelência para a operacionalização a nível local, dos desígnios expressos na ENDS, encontrando-se os mesmos em sintonia com os princípios orientadores da Agenda 21 Local.

A ENDS tem como meta central, colocar Portugal num patamar de desenvolvimento mais próximo da média comunitária até 2015, através do desenvolvimento de áreas de excelência, tanto a nível socioeconómico como ambiental e cultural, permitindo assim uma sinergia com o programa Agenda 21 Local, que por seu turno pode contribuir decisivamente para uma renovação das instituições e para um aprofundamento da cultura democrática e cidadania activa.

**Figura 1.1 – Ciclo da Sustentabilidade**

Fonte: Guia Agenda 21 Local



No entanto, apesar da abrangência e arrojo das propostas contidas na ENDS, e da possibilidade de operacionalização das mesmas através da implementação da Agenda 21 Local, Portugal possui um deficit de processos Agenda 21 Local implementados ou em curso, comparativamente à média comunitária.

De facto Portugal apenas supera países que aderiram recentemente à UE, encontrando-se muito longe de países como a Espanha e Itália, já para não referir países que possuem estratégias globais de sustentabilidade (EMAS, ISO 14001) e que foram pioneiros na divulgação e implementação de processos Agenda 21 Local, destacando-se a Alemanha, Reino Unido e países escandinavos no geral.

As razões para a existência deste deficit prendem-se com factores de ordem social, cultural e política.

Portugal permanece um país fortemente centralizado, caracterizando-se a relação entre governantes e sociedade civil pela primazia de processos Top-down e pela existência de uma população descrente nas instituições e pouco activa civicamente, uma tendência que se tem vindo a inverter, mas que ainda está longe dos níveis desejados.

De igual forma a difusão e promoção de acções de sustentabilidade local têm sido realizadas maioritariamente por ONGs, centros de estudos universitários e associações como a CIVITAS, carecendo de iniciativas oficiais nos âmbitos logístico, financeiro e informativo relevantes.

Acrescente-se o facto de vários processos que podem passar por Agendas 21 Locais são na verdade Planos Municipais de Ambiente (PMA) que se restringem somente às questões ambientais ficando muito aquém do alcance temático, da interactividade e multisectorialidade que um processo Agenda 21 Local comporta.

Embora possuindo inegáveis vantagens os PMA podem contribuir para limitar a abrangência temática da Agenda 21 Local, tornando-se num obstáculo à sua implementação, fazendo crer às populações e decisores locais que podem assim substituir a Agenda 21 local, embora por vezes alguns destes planos passem a integrar sectores económicos e sociais no seu espectro de acção, aproximando-se, ou mesmo evoluindo para processos Agenda 21 Local.

De acordo com o ultimo levantamento nacional de processos de Agenda 21 Local realizado em Novembro de 2009 pelo Grupo de Estudos Ambientais da Universidade

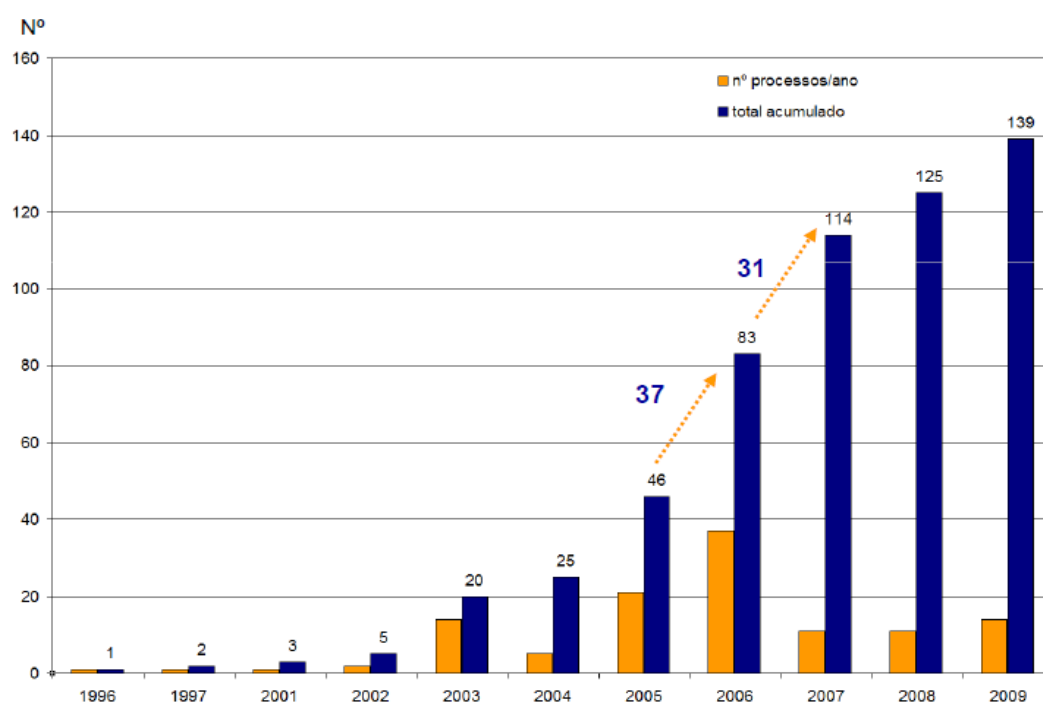


Católica, aquando a realização da GLOCAL 2009, o número de municípios que declararam possuir processos em curso aumentou consideravelmente, encontrando-se 42% da população nacional abrangida por um desses processos, entre um total de 139 processos Agenda 21 Local nacionais<sup>12</sup>.

Ainda segundo o levantamento, são 118 os municípios que declararam possuir processos em curso, possuindo a região Norte 37% do total, a região Centro 23%, Lisboa e Vale do Tejo com 18% Alentejo com 17% e Algarve com 4% ao passo que não se regista qualquer processo na Região autónoma da Madeira e apenas 1% nos Açores.

Ainda assim 62% dos municípios portugueses não possuem qualquer tipo de processos Agenda 21 Local, o que pode estar relacionados com os factores acima citados, e ainda pelas dificuldades de financiamento e apoio das estruturas governativas nacionais e comunitárias para aplicação e monitorização dos processos.

**Figura 1.2 – Evolução do número de processos A21L em Portugal.**



Fonte: Agenda 21 Local em Portugal, breve pronto de situação, 2009.

<sup>12</sup> AGENDA 21 LOCAL PORTUGAL. *Portal da Agenda 21 Local Nacional*. (Disponível em: <http://www.agenda21local.info/> Consultado a: 22/06/2011).

**CAPITULO II : DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO SÓCIO-  
ECONÓMICA E AMBIENTAL DE SÃO BRÁS DE  
ALPORTEL**

## 2.1 Caracterização do Município de São Brás de Alportel



**Figura 1.3 – Mapa do Concelho de São Brás de Alportel.**  
Fonte: Câmara Municipal de São Brás de Alportel.

A Vila de São Brás de Alportel insere-se no Distrito de Faro, Região e sub-região do Algarve, sendo um dos 16 concelhos pertencentes à capital de distrito. O Município possui uma área total de 153,04 km<sup>2</sup> e cerca de 12.902<sup>13</sup> habitantes fazendo parte dos 5 municípios de Portugal com uma freguesia, possuindo até a data um Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) aprovado.

<sup>13</sup> INE: Anuário Estatístico da Região do Algarve, 2009 (disponível em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=102941307&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=102941307&PUBLICACOESmodo=2)) consultado a: 14/01/2011)

A Câmara Municipal, ao nível do seu organograma é composta pelo presidente em funções, Eng.º António Eusébio e por quatro vereadores, existindo no total 331 funcionários camarários que compõem o mapa de pessoal<sup>14</sup>.

Geograficamente, o concelho encontra-se limitado a Norte e Leste pelo município de Tavira, a Sueste por Olhão, a Oeste por Loulé e a Sul por Faro.

Os sectores de exploração e transformação de recursos naturais, entre os quais se destacam a cortiça, (mas igualmente a produção melífera e aguardente de medronho) assumem um papel preponderante na economia do concelho, e são demonstrativos da importância da natureza e seus recursos para as actividades humanas e como património histórico e cultural da vila.

Mais recentemente, o turismo rural assim como serviços do sector terciário têm-se implementado progressivamente no tecido económico local à medida que as populações aumentam e surgem novos nichos de mercado; o sector terciário é actualmente aquele que emprega um número mais significativo de munícipes.

Relativamente à história de São Brás, a freguesia encontrava-se inserida no concelho de Faro num período compreendido entre o Sec. II A.C até à sua elevação a concelho em 1914.

O concelho tem sido habitado desde tempos imemoriais, tendo sido residência dos celtas algarvios os *cónios* ou *cynetes*, dos *romanos* que deixaram alguns vestígios do seu legado como a “calçadinha de São Brás de Alportel”, uma via romana demonstrativa dos fluxos mercantis da zona, e finalmente dos *árabes* que colonizaram a península, destacando-se o poeta, cortesão e político Ibn Ammar.

Durante o Sec. XIX São Brás de Alportel desenvolveu a sua indústria corticeira, tornando o concelho num dos principais produtores de cortiça nacionais, destacando-se desde cedo a elevada qualidade da matéria-prima.

Esta expansão económica permitiu um crescimento populacional acentuado assim como potenciou a própria industrialização do concelho, factores que foram decisivos para a elevação da freguesia de São Brás, a Concelho.

Em inícios do Sec. XX (concretamente a partir de 1910) movimentos republicanos, liderados por João Rosa Beatriz, começaram a exercer pressão e reivindicações junto

<sup>14</sup> Mapa de Pessoal 2010 (Disponível em: [http://www.cm-sbras.pt/portal\\_autarquico/sao\\_bras\\_alportel/v\\_pt-PT/menu\\_municipe/servicos\\_municipais/pessoal/mapa\\_pessoal/](http://www.cm-sbras.pt/portal_autarquico/sao_bras_alportel/v_pt-PT/menu_municipe/servicos_municipais/pessoal/mapa_pessoal/) Consultado a: 14/01/2011).

dos centros de decisão, e do Governo Central em Lisboa, tendo em 1914 sido aprovado um projecto lei em diário de governo, a 1 de Junho de 1914 que outorgava a autonomia administrativa da freguesia e a sua posterior elevação a concelho.

Ao nível geomorfológico o concelho de São Brás encontra-se dividido em três zonas que apresentam características de relevo, flora e fauna distintas e particulares, que influenciam as actividades humanas aí desenvolvidas, assim como a instalação de populações.

Ocupando cerca de 2/3 do concelho a norte do mesmo, a zona da Serra integra a Serra do Caldeirão, sendo caracterizada pelos inúmeros maciços, e ortografia acidentada, possuindo espécies animais de elevado valor cinegético e/ou biológico, e vegetais, entre as quais se destacam o sobreiro, o medronheiro, e vegetação rasteira autóctone como a esteva, o tojo, a urze.

A Sul situa-se a zona do Barrocal, caracterizado pelo relevo ondulado e pedregosidade abundante, onde predomina o denominado “pomar de sequeiro” composto por arvores de fruto como as oliveiras, figueiras, alfarrobeiras, bastante exploradas pelas populações locais, nomeadamente na confecção de produtos regionais.

Entre a serra e o barrocal encontra-se um vale estreito e irregular denominado gola vulcano-sedimentar que percorre toda a região algarvia no sentido longitudinal, e onde se concentra a maior parte da população.

O concelho sofreu na última década um aumento acentuado da população, não obstante esta continuar a apresentar índices de envelhecimento elevados, característica de resto comum à maioria dos municípios do interior de Portugal.

A densidade populacional é de 84,1 hab/km<sup>2</sup> sendo ainda assim inferior à densidade da região (86,9 hab/km<sup>2</sup>) e do país (115,4 hab/km<sup>2</sup>).

Este aumento populacional, deve-se principalmente devido à afirmação de São Brás como um concelho capaz de oferecer uma elevada qualidade de vida aos habitantes, seja através do meio ambiente envolvente, seja devido aos atractivos preços do mercado imobiliário, que permitem a franjas da população, nomeadamente jovens casais, a possibilidade de adquirir habitação a custos mais reduzidos do que aqueles praticados nos principais centros urbanos vizinhos.

Daqui depreende-se que o aumento populacional verificado no Concelho, não é fruto da renovação interna da população, mas sim da implementação de sectores populacionais

externos ao Concelho, entre os quais se salientam os emigrantes, não provenientes dos PALOP, de nacionalidade europeia na sua esmagadora maioria entre os quais se destacam a Alemanha e Inglaterra pelo maior numero de efectivos, mas igualmente emigrantes provenientes dos países do Leste europeu.

A maioria da população nacional e do Leste europeu, concentra-se na malha urbana da vila de São Brás, enquanto os emigrantes dos restantes países da Europa, estabelecem habitação preferencialmente nas zonas de serra e do barrocal, menos apelativas para a maioria da população devido aos elevados custos das habitações e acessibilidades restritas.

Este progressivo aumento populacional verificado em São Brás, teve consequências a nível do desenvolvimento e crescimento da malha urbana, e desenvolvimento económico, seja através do surgimento de novos sectores económicos, crescimento do numero de superfícies comerciais, não obstante não se verificar uma inserção laboral significativa por parte das populações que utilizam o concelho predominantemente como lugar de habitação (exceptuando a população do Leste europeu).

O sector da construção civil ocupa um lugar importante no tecido económico sambrasense, o que pode vir a constituir uma ameaça ambiental, especialmente caso se verifique uma contínua expansão urbanística fora da malha urbana da vila, potenciada pelo aumento das populações.

Assim, zonas escassamente povoadas, ou desabitadas, poderão ver os seus muitas vezes poucos recursos, a serem explorados de forma insustentável, e irrecuperável, causando um empobrecimento ambiental do concelho, e contribuindo para a degradação de um dos factores de atracção de populações.

Um desses exemplos prende-se com a actual implementação da indústria extractiva em determinadas zonas do barrocal são-brasense, sendo uma actividade económica que embora geradora de emprego, necessita ser enquadrada em métodos de desempenho o mais sustentáveis possível, nomeadamente através de acordos com o município relativamente a medidas compensatórias de minimização de impacto ambiental, e de poluição sonora, atmosférica, de solos ou águas.

Acrescente-se o facto de São Brás não possuir nenhum parque natural, apesar do concelho estar inserido numa zona com elevado interesse ecológico, e de varias áreas fazerem parte da rede natura 2000 (sitio do Caldeirão, sitio do Barrocal) possuindo

zonas ambientais emblemáticas, como a fonte férrea, comumente utilizada pelas populações como espaço de lazer e de actividades lúdicas.

Tais factores apresentam problemáticas ao nível da preservação e utilização de recursos naturais, e gestão de resíduos, assim como do próprio planeamento urbano.

Caso se continue a verificar um acentuado crescimento populacional, o município irá deparar-se com pressões acrescidas, que poderão impulsionar a revisão do actual PDM (em curso) que deverá incluir no processo uma consulta popular alargada entre os vários intervenientes sociais do concelho, de modo a harmonizar novas alterações requeridas, tanto para ter em conta as varias especificidades concelhias, como para aumentar a participação e intervenção publicas (e consequente co-responsabilização) no processo de tomada de decisão.

É imprescindível que exista uma correcta articulação entre a Agenda 21 Local e os instrumentos legais de gestão territorial, de modo a que as políticas e medidas de acção a serem tomadas, minimizem ou evitem possíveis impactos de ordem ambiental, tenham em consideração o bem-estar de grupos populacionais específicos, e promovam finalmente o desenvolvimento sustentável aquando o processo de gestão e ordenamento do território.

Sendo que um dos principais objectivos da Agenda 21 Local, é o *empowerment* das populações, este só será possível, caso o nível de informação e consciencialização das mesmas seja elevado, algo passível de ser obtido através do sistema de ensino formal, e de ONGs, assim como associações diversas.

Verificam-se algumas fragilidades neste campo, que podem comprometer o grau (e eficácia) do envolvimento das populações, nomeadamente o baixo nível de escolarização que a maioria da população ainda possui (1º ciclo de ensino básico)<sup>15</sup> aliada a taxas relativamente elevadas de abandono escolar ao nível do ensino secundário.

No entanto tem-se verificado um aumento do numero de adultos que se inscrevem no 2º e 3º ciclos do ensino básico, assim como no ensino secundário, uma clara evidência da percepção da necessidade e potencialidades que possuir conhecimentos alargados e especializados é essencial e permite uma melhor e mais activa participação cívica.

---

<sup>15</sup> Diagnostico social do Concelho de São Brás de Alportel, 2006 (Disponível em: [http://www.cm-bras.pt/portal\\_autarquico/sao\\_bras\\_alportel/v\\_pt-PT/menu\\_municpe/servicos\\_municipais/accao\\_social/rede\\_social/rsocial01.htm](http://www.cm-bras.pt/portal_autarquico/sao_bras_alportel/v_pt-PT/menu_municpe/servicos_municipais/accao_social/rede_social/rsocial01.htm) Consultado a: 14/01/2011).

Ao nível do ensino formal, mas igualmente através de associações que operam no concelho e procuram incutir nas populações noções de desenvolvimento sustentável (associação In Loco) podem-se desenvolver parcerias estratégicas seja ao nível da difusão de informação, sessões de esclarecimento, ou desenvolvimento de projectos, orientados para escolas e populações específicas (rural) com o intuito de incutir conhecimentos e noções sobre desenvolvimento sustentável, e assim permitir a implementação e real aplicação de Sistemas de Sustentabilidade Local (SSL).

Tais sistemas, irão permitir ao concelho, explorar as suas potencialidades ambientais, com o intuito de proporcionar às populações melhores condições de vida, seja através da gestão sustentável dos recursos, seja através do desenvolvimento de actividades económicas com base assente nos mesmos, e lidar com as fragilidades existentes e que poderão surgir, em virtude das mudanças a que o concelho tem estado sujeito.

Para o efeito, os órgãos autárquicos, terão de trabalhar em conjunto com associações e representantes dos habitantes locais e de sectores económicos, pois somente através da criação de uma estratégia de acção com amplo consenso, poderá esta ser levada a cabo pelos diferentes intervenientes com sucesso, estando o mesmo inteiramente dependente do reconhecimento da necessidade e validade das propostas anunciadas e das posteriores medidas a adoptar.

Um importante passo nesse sentido foi dado com a implementação do Orçamento Participativo que se vem realizando desde 2006, tendo a Câmara de São Brás de Alportel sido pioneira a nível nacional a incrementar este processo de gestão pública participada, como estratégia municipal de reforço da participação cívica e envolvimento dos munícipes no processo de tomada de decisão, permitindo deste modo uma definição de prioridades e investimentos que se encontrem mais próximos das realidades e necessidades das populações.

O Orçamento Participativo desenrola-se em várias sessões de participação e discussão pública temáticas nas quais os munícipes apresentam propostas de investimentos que consideram prioritários e onde se procura proporcionar uma reflexão estratégica sobre temáticas importantes para o desenvolvimento do concelho.

Embora seja um instrumento de inegável utilidade e fomento da participação pública, o Orçamento Participativo carece da complexidade, dinâmica temática e participativa de um processo Agenda 21 Local, constituindo no entanto um passo positivo na abertura



do município à participação dos cidadãos e a novas formas de relacionamento institucional com a população<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> DIAS, Nelson. *Orçamento Participativo – Animação Cidadã para a Participação Política*. Abril de 2008. (Disponível em: [http://www.in-loco.pt/site/parameters/inloco/files/File/upload/Publicacoes/Livro\\_OP\\_AF\\_web.pdf](http://www.in-loco.pt/site/parameters/inloco/files/File/upload/Publicacoes/Livro_OP_AF_web.pdf) Consultado a: 19/06/2011).

## 2.2 Políticas e medidas camarárias e de ONGs locais de incentivo a práticas de Desenvolvimento Sustentável

O Município de São Brás de Alportel tem assistido nos últimos anos a um desenvolvimento e implementação exponencial de medidas e políticas de protecção ambiental, gestão de resíduos municipais, e promoção de comportamentos sustentáveis, a par com medidas de âmbito social que frequentemente se encontram entrosadas com medidas de gestão e valorização dos recursos naturais locais, dada a importância que os mesmos possuem no tecido sócioeconómico concelhio.

As solicitações de protecção e gestão cuidada dos recursos naturais advêm quer de normas comunitárias, governamentais, ou simplesmente de necessidades concelhias, solicitações que têm tido resposta por parte da Câmara Municipal através de políticas do executivo municipal, e de acordos e protocolos efectuados quer com ONGs locais, quer com organizações de âmbito nacional e internacional.

São Brás integra oficialmente desde Dezembro de 2008 o movimento “*Slow Cities*”, uma candidatura aprovada conjuntamente com as cidades algarvias de Tavira, Silves e Lagos que com Vizela constituem os municípios portugueses aderentes ao movimento<sup>17</sup>.

Este movimento, surgido em 1999 com Paolo Saturnini, assenta nos princípios da preservação da qualidade de vida nos meios urbanos, através da valorização dos saberes locais tradicionais, da proximidade entre populações, procurando preservar as características culturais, gastronómicas, paisagísticas e de estilos de vida das diferentes comunidades locais e regionais.

A candidatura a este movimento insere-se na estratégia de desenvolvimento turístico do concelho, através da promoção das tradições e valores locais, que se reflectem nas políticas e medidas camarárias desenvolvidas nesse sentido.

Consciente do valor estratégico que os recursos naturais locais possuem para o concelho, a Câmara Municipal têm procurado desenvolver políticas e parcerias com o intuito de promover um máximo aproveitamento desses recursos, e inculcar nas populações noções de sustentabilidade e de finitude dos recursos naturais locais.

---

<sup>17</sup> CITTASLOW INTERNATIONAL NETWORK: *147 Cities Present in 24 Countries in the World*. (Disponível em: [http://www.cittaslow.org/download/File\\_News\\_Eventi/CITTASLOW\\_LIST\\_june\\_2011.pdf](http://www.cittaslow.org/download/File_News_Eventi/CITTASLOW_LIST_june_2011.pdf) Consultado a: 19/06/2011).

Este processo de consciencialização das populações tem sido realizado maioritariamente através da divulgação de informação, seja através de publicações oficiais da Câmara (folhetos informativos) seja através da realização de workshops e sessões de esclarecimento, onde são anunciados projectos futuros ou medidas municipais em curso e acções que as populações podem ter em consideração nas suas actividades quotidianas com vista à protecção do meio ambiente e gestão sustentável dos recursos naturais.

Assim, a Câmara Municipal de São Brás de Alportel tem procurado implementar em todo o Concelho equipamentos de recolha de resíduos (oleão, papelão, vidro, rolhão, embalagens diversas e pilhas) garantindo uma abrangente recolha e reciclagem de resíduos domésticos, permitindo especificamente no caso do rolhão, desenvolvido para a recolha de rolhas de cortiça, uma reciclagem daquela que é a matéria prima de excelência no Concelho, tendo sido este projecto desenvolvido pela Câmara Municipal em parceria com a Delegação do Baixo Alentejo e Algarve e a Associação de Industriais Exportadores de Cortiça, sendo co-financiado pela UE.

A Associação Rota da Cortiça, tem desempenhado um papel de destaque na promoção do turismo rural e na dinamização do produto base, ou seja a cortiça, através da criação de itinerários e percursos pelas zonas de serra e barrocal, biótopo natural do Sobreiro e de inúmeras espécies vegetais e animais características da região e com elevado valor ecológico/económico, e do acompanhamento do processo de transformação da cortiça, desde o local onde é recolhida até às instalações onde é transformada nos mais diversos artefactos, numa perspectiva de exploração, valorização e educação para o meio ambiente sambrasense e para aquela que é a principal matéria prima do Concelho.

Assumindo a Educação Ambiental um papel preponderante na consciencialização dos cidadãos, e na mudança de atitudes, o município de São Brás de Alportel, conta com o Centro de Interpretação e Educação Ambiental “Quinta do Peral” para incutir nas populações mais jovens noções de Desenvolvimento Sustentável, e proporcionar um contacto com a natureza e com espécies animais e vegetais autóctones.

O Centro constitui-se como um pólo dinamizador da acção municipal na área ambiental, em colaboração com as escolas do Concelho, enfatizando uma vertente expositiva e experimental dirigida aos jovens, mas igualmente aos adultos em particular aos familiares das crianças e professores.

O objectivo central da “Quinta do Peral” é a transmissão do gosto pelo contacto com a natureza, e a necessidade de preservar e respeitar o meio ambiente e as práticas agrícolas

tradicionais; para o efeito o Centro conta com diversos espaços no quais se desenvolvem distintas actividades.

No centro de interpretação propriamente dito existe um espaço de documentação, onde podem ser consultadas diversas publicações informativas, assim como uma sala multissusos com capacidade para acolher exposições temáticas e ateliers diversos.

No exterior encontra-se a “Horta Pedagógica” e a “Casa dos Animais” onde os visitantes, em particular as crianças, podem observar e entrar em contacto com espécies animais que compõem uma quinta típica do barrocal algarvio, assim como com produtos hortícolas e técnicas de plantação, acompanhando o processo de produção dos alimentos, ao mesmo tempo que lhes são inculcadas noções básicas de sustentabilidade e reaproveitamento de resíduos orgânicos no “Cantinho da Compostagem”.

Uma vez que o conceito de Desenvolvimento Sustentável inclui vertentes de cariz social e redistribuição dos recursos, torna-se pertinente salientar as medidas mais relevantes que têm sido realizadas neste âmbito, e que têm contribuído para um aumento da qualidade de vida no Concelho.

No ano de 2005 foi aprovada a candidatura concelhia ao PIC Equal, no âmbito da qual foi desenvolvido, até 2008, o projecto “São Brás Solidário”, que foi o responsável pela implementação de iniciativas tão relevantes para o Concelho como: a Rede de Voluntariado, o Orçamento Participativo e a Feira da Solidariedade.

O ano de 2009 viu nascer mais um importante serviço em São Brás de Alportel, o Gabinete de Inserção Profissional (GIP) inserido numa parceria entre o IEFEP, a Câmara Municipal, e o CCD (Centro de Cultura e Desporto) dos trabalhadores da Câmara e Junta de Freguesia.

O ano de 2010 foi um ano que viu serem implementadas importantes realizações sociais, tais como a construção de 17 Fogos de Habitação a Custos Controlados e as candidaturas da Santa Casa da Misericórdia ao POPH/QREN para a construção de um Lar de idosos e de um Centro Dia aprovadas, enquanto que no ano de 2011 para fazer face às condicionantes próprias da actual crise financeira a Câmara criou ainda medidas de alívio social destacando-se: o Programa Mão Amiga, de intervenção em lares carenciados, e distribuição de alimentos às famílias mais carenciadas, Tarifa Social de Consumo de Água (redução de 50% na factura para agregados familiares desfavorecidos), Atribuição de Bolsas de Estudo de mérito para prosseguimento de estudos no ensino superior a jovens provenientes de meios carenciados.

## **2.3 Identificação de Problemas Económicos, Sociais, Ambientais, e suas Causas e Efeitos (Análise SWOT)**

Não obstante as medidas tomadas pelo Município de São Brás de Alportel com vista à coesão social, numa perspectiva de entrosamento entre a componente social e a ambiental, uma vez que ambas se encontram directamente conectadas e se influenciam reciprocamente num Concelho onde os recursos naturais desempenham um papel de destaque na dinamização sócioeconómica da região, persistem lacunas a vários níveis que as diversas políticas realizadas ou em curso não conseguiram responder até agora, de forma satisfatória.

As razões para estas falhas são múltiplas e prendem-se tanto com factores de cariz Local, como Nacional e até mesmo Internacional, com repercussões na região.

São Brás de Alportel tem vindo a verificar um acréscimo de população desde o ano 2000, com periodos de quebra e subida entre essa data e a actualidade, um facto que se deve principalmente às ofertas atractivas no mercado imobiliário, e à qualidade de vida existente no Concelho; todavia este aumento populacional, exerce pressões nas estruturas sociais concelhias, assim como na evolução do tecido urbano, e um aumento dos consumos energéticos e produção de resíduos, embora a capacidade de suporte populacional do Concelho esteja longe do seu limite (30.000 hab.)<sup>18</sup> e o aumento de população possa significar de igual modo um rejuvenescimento etário no Concelho.

A Crise Económica Mundial, cujos efeitos se fizeram sentir em toda a Europa incluindo Portugal, teve os seus efeitos nas várias regiões do país e São Brás não foi excepção.

Uma vez que muita da actividade económica do Concelho se encontra dependente dos recursos naturais locais, existe uma correlação directa entre as vertentes económica, social e ambiental, numa perspectiva de influência reciproca tanto ao nível de oportunidades, como de ameaças.

Para sistematizar as principais problemáticas, assim como oportunidades foi utilizada a análise SWOT (acrónimo inglês para Forças/Strength, Fraquezas/Weakness, Oportunidade/Opportunitiess e Ameaças/Threats) um instrumento de diagnóstico que

---

<sup>18</sup> SOUSA, Vanessa (coord.). *Diagnóstico Social do Concelho de São Brás de Alportel*. São Brás, Fevereiro de 2006: (Disponível em: <http://www.cm-sbras.pt/NR/rdonlyres/E24B675E-75E0-4CE5-910F-F0CB16286C7B/0/diagnostico.pdf> Consultado a: 7/01/2011)

permite a elaboração de cenários, e a construção de hipóteses ou desenvolvimento de medidas de resposta às questões que o levantamento das mesmas suscita e que constituiu a base para a discussão e elaboração de propostas no Fórum de participação pública.



**Figura 1.4** – Ciclo SWOT.

Fonte: Catarina Mendes Leal.



**Figura 1.5** – Diagrama SWOT

Fonte: Catarina Mendes Leal.

## Análise SWOT

<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Boa localização geográfica (perto da Capital de Distrito.)</li> <li>2. Inserção numa zona ambientalmente rica a nível pasagístico, de biodiversidade e recursos naturais.</li> <li>3. Níveis de criminalidade reduzidos conferindo um aval de tranquilidade ao Concelho.</li> <li>4. Actualização de Instrumentos de Ordenamento Territorial (PDM) permitindo respostas mais eficazes aos problemas locais.</li> <li>5. Condições favoráveis para o desenvolvimento de indústrias tendo como base os produtos locais, turismo rural e energias renováveis.</li> <li>6. Existência de parcerias entre Câmara Municipal e ONGs locais.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dificuldade na captação e fixação de sectores económicos diversificados.</li> <li>2. Baixas qualificações da população activa aliadas a taxas de envelhecimento elevadas.</li> <li>3. Expansão fora da malha urbana do sector da construção podendo ameaçar zonas ecologicamente ricas e sensíveis.</li> <li>4. Redução/extinção de serviços públicos contribuindo para a diminuição da qualidade de vida e custos associados a deslocações e transporte.</li> <li>5. Taxas moderadas de insucesso/abandono escolar principalmente ao nível do Ensino Secundário.</li> <li>6. Envolvimento cívico reduzido.</li> </ol>

**Nota:** A seguinte tabela foi elaborada aquando o processo de recolha e tratamento de informação no período em que decorreu o Estágio, sendo a informação constante o resultado dessa pesquisa efectuada.

--	--

Oportunidades	Ameaças
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Possibilidade de atracção de fluxos de turismo que privilegiam espaços residenciais em regiões com clima ameno, qualidade ambiental e condições de segurança.</li> <li>2. Existência de sectores populacionais com habilitações ao nível do Ensino Secundário e Superior.</li> <li>3. Implementação de programas de educação de adultos por parte da Autarquia e Associações Locais, e forte aposta em cursos de especialização técnica por parte da Escola Secundária.</li> <li>4. Realização anual da Feira da Serra, permitindo uma divulgação dos produtos regionais e a atracção de compradores/investidores.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aumento dos níveis de desemprego, maioritariamente devido à actual crise económica.</li> <li>2. Pressões acrescidas sobre os recursos naturais, através de práticas agrícolas, cinegéticas ou industriais insustentáveis.</li> <li>3. Aumentos dos níveis de urbanização nas zonas da serra e barrocal criando pressões ambientais extra.</li> <li>4. Reduzida mobilidade e inovação do sector económico local.</li> <li>5. Possível aumento dos índices de criminalidade como consequência do aumento da carestia de vida.</li> </ol>

Esta análise permitiu identificar os principais problemas e suas consequências mais imediatas no Concelho de São Brás ao nível da sustentabilidade, numa perspectiva global entre as diferentes áreas temáticas que influenciam e se encontram ligadas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Através desta análise foi possível definir uma abordagem integrada na qual se encontram contempladas as propostas de resolução dos problemas referidos, assim como o levantamento de questões-chave sobre a sustentabilidade geral do Concelho, e medidas de acção para lidar com os desafios apresentados de forma eficiente.



### **CAPÍTULO III : FÓRUM AGENDA 21 LOCAL SÃO BRÁS**

### 3.1 Implementação do Fórum

O Fórum de participação pública traduziu-se na materialização prática da vertente de investigação levada a cabo no decorrer do presente trabalho.

Constituindo-se como um meio privilegiado para o debate e troca de impressões entre cidadãos, instituições locais e a autarquia, o Fórum Agenda 21 Local representou um primeiro passo na elaboração de medidas de intervenção, visando os problemas assinalados durante o período de investigação, recolha e tratamento de informação e dados.

Um processo Agenda 21 Local é um processo complexo e tematicamente o mais abrangente possível, procurando envolver todos os actores locais na formação de novas atitudes, valores e comportamentos sustentáveis, numa perspectiva global, ou seja de alertar as comunidades locais para a realidade global dos sistemas ecológicos e económicos onde estas comunidades se encontram integradas, e para as redes de influência recíproca entre a realidade local e a global; no fundo procurar incutir nas populações aquele que é um dos lemas de um programa de Desenvolvimento Sustentável: Pensar Global, Agir Local.

Neste caso concreto o trabalho em questão nasceu de uma iniciativa externa à Câmara Municipal, tendo contado com o seu apoio e participação na execução do mesmo, sendo o objectivo fundamental o desenvolvimento de uma base para um processo Agenda 21 Local, visto que um processo completo exige um período de tempo e um nível de participação e envolvimento por parte da Autarquia e actores locais que se tornaria impossível concretizar dentro dos limites temporais nos quais o estágio decorreu.

Dentro dessa base de desenvolvimento o Fórum assume um papel preponderante ao colocar frente a frente os vários intervenientes locais, e propocionando através deste meio a possibilidade de discutir ideias e potenciar o diálogo através de uma perspectiva de abertura e junção de vontades com o objectivo de enfrentar problemas e contribuir para a melhoria da qualidade de vida no Concelho de São Brás de Alportel.

Para implementar um processo desta natureza torna-se imprescindível proceder a uma divulgação o mais ampla possível junto das populações e instituições, assim como uma explicação sobre os objectivos, estrutura e temáticas a abordar.

Numa fase inicial do processo divulgativo, foi realizada uma sessão informativa aos alunos do 12º ano da via Científico-Humanístico da Escola Secundária José Belchior Viegas, procurando não só informar sobre a realização do Fórum de Participação Pública, o qual estaria aberto a toda a população sambrasense, incluindo alunos, docentes e auxiliares escolares que quisessem dar o seu contributo, mas procurando também dar a conhecer o programa Agenda 21 Local à comunidade escolar assim como noções de Desenvolvimento Sustentável e o enquadramento político deste programa no quadro das Nações Unidas.

Para tal, foi efectuada uma apresentação em power point contendo uma breve caracterização histórica da ONU e seus principais objectivos, seguida da descrição do conceito de Desenvolvimento Sustentável, e do enquadramento do programa Agenda 21 no âmbito das Nações Unidas, procurando deste modo fornecer à população escolar um primeiro contacto com os temas abordados num processo Agenda 21 Local e a sua pertinência para o aprofundamento da participação e envolvimento cívico nos processos de tomada de decisão, sendo a sessão encerrada após um diálogo e esclarecimento de dúvidas com os alunos.

A divulgação do evento ficou ao cargo da Câmara Municipal, através da Agenda informativa mensal “São Brás Acontece” na qual são divulgados os principais eventos e actividades temáticas que se realizam no Concelho; no entanto é de salientar o reduzido destaque que foi concedido ao Fórum de Participação Pública, sendo o mesmo remetido para as secções finais da Agenda informativa, e a ausência de outros métodos informativos por parte da autarquia, e que poderá ser um dos principais factores para a praticamente nula participação de cidadãos, não representantes de instituições locais dado o papel central de informador e dinamizador que a autarquia possui no Concelho.

Para colmatar esta lacuna, procedi à elaboração de um folheto informativo que distribui junto de alguns cafés e papelarias locais, habitualmente frequentadas pela população, não tendo contudo surtido o efeito desejado, em grande parte devido a condicionantes temporais, uma vez que foi distribuído num curto espaço de tempo antecedente à data de realização do Fórum.

O Local onde o Fórum se realizou, foi o anfiteatro da Escola Básica Poeta Bernardo Passos, tendo sido o espaço disponibilizado pela Dr.<sup>a</sup> Violantina Hilário, presidente do Agrupamento Vertical de Escolas de São Brás de Alportel.

As instituições locais participantes e os seus representantes foram contactados previamente e individualmente pela minha parte, tendo-lhes sido explicitado a natureza e objectivos gerais do Fórum, assim como a data, horário de início e local de realização.

### 3.2 Instituições e seus Representantes

A instituições contactadas e os seus representantes, compuseram a totalidade dos participantes no Fórum de Discussão Pública, e não obstante esta ausência por parte da comunidade civil sambrasense, foi possível estabelecer um diálogo aberto, focado nas temáticas visadas e com ampla participação por parte dos intervenientes.

O contributo destas instituições locais, na dinamização social, ambiental, económica e cultural do Concelho é determinante, sendo por isso a sua presença indispensável num evento desta natureza, pelo que se torna imperativo realizar uma breve caracterização das instituições participantes, seus objectivos e áreas de actuação no Concelho de São Brás de Alportel.

No total foram contactadas por via telefónica e por e-mail quinze instituições, sendo estas:

- Associação Al-Portel.
- Associação In Loco.
- Associação Jovem Sambrasense.
- Associação de Agricultores de São Brás de Alportel.
- Associação de Caçadores (clube caça e pesca).
- Associação Rota da Cortiça.
- Agrupamento Vertical de Escolas de São Brás de Alportel.
- Casa da Cultura António Bentes (Museu Etnográfico do Traje Algarvio).
- Centro de Cultura e Desporto dos trabalhadores da Câmara de São Brás (CCD).
- Junta de Freguesia de São Brás de Alportel.
- Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão.
- Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel.
- Centro de Saúde de São Brás de Alportel.
- GNR – Posto Territorial de São Brás de Alportel.
- Bombeiros Voluntários de São Brás de Alportel.

Entre as quinze instituições contactadas, não foi recebida qualquer resposta por parte do Centro de Saúde de São Brás, CCD, e Associação de Caçadores, tendo confirmado e posteriormente cancelado a sua presença no Fórum por causas diversas a Casa da Cultura António Bentes, GNR, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Brás de Alportel e a Instituição de Solidariedade Social da Serra do Caldeirão.

No total estiveram presentes oito instituições e seus representantes; optei por realizar uma breve descrição das principais ONGs locais e associações ligadas à promoção de valores de sustentabilidade que estiveram presentes, omitindo a caracterização de órgãos autárquicos e associações com âmbitos de actuação diferenciados, por questões de espaço, sem prejuízo para a importância e/ou contributo indispensável que tiveram no decorrer do Fórum.

A **Associação Al-Portel** é uma associação de Defesa do Ambiente e Património Cultural de São Brás de Alportel, tendo sido fundada em Fevereiro de 2002 e oficialmente legalizada com a publicação dos seus Estatutos em Diário da República a 26/12/02.<sup>19</sup>

A Associação assume como seus principais objectivos a conservação, salvaguarda e valorização do património construído e do ambiente, publicação e divulgação de trabalhos sobre as temáticas abordadas, promoção de acções de formação e organização de actividades no âmbito da defesa do meio ambiente e património cultural, assim como de acções e iniciativas de cooperação e intercâmbio com organismos nacionais e internacionais com os mesmos objectivos.

Estiveram presentes 2 representantes desta associação.

A **Associação In Loco** assume-se como uma entidade sem fins lucrativos, criada legalmente em 26 de Agosto de 1988, tendo sido reconhecida em 1991 como associação de desenvolvimento pelo IEFP, acreditada como entidade Formadora em diversos domínios de intervenção desde 1998, considerada Pessoa Colectiva de Utilidade Pública em 2001 e acreditada como Entidade Gestora de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (Centro Novas Oportunidades) em 2003.<sup>20</sup>

A Associação define os seus objectivos estratégicos centrais assentes na Qualificação e Valorização das pessoas e Organizações, Qualificação e Valorização do Território numa

---

<sup>19</sup> Associação Al-Portel (Disponível em: [http://www.al-portel.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=48&Itemid=57](http://www.al-portel.org/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=57) Consultado a 17/05/2011).

<sup>20</sup> Associação In Loco (Disponível em: <http://www.in-loco.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=64> Consultado a 17/05/2011).

perspectiva de Intervenção para a Sustentabilidade, Promoção de comportamentos e atitudes de Cidadania activa e Solidária, incentivo e apoio ao Empreendedorismo e Iniciativas Locais, e a produção de conhecimento de apoio à intervenção.

Esta Associação possui um largo espectro de acção a nível temático por toda a região algarvia, com o objectivo de promover o desenvolvimento de base local com vista à melhoria da qualidade de vida nas suas múltiplas dimensões através da criação e apoio de iniciativas de animação, capacitação e organização dos cidadãos, numa lógica de estabelecimento de parcerias entre a associação, organizações e entidades diversas, através da celebração de acordos, protocolos, e realização de projectos.

Entre os inúmeros projectos realizados pela Associação In Loco destaca-se a sua contribuição para a realização do Diagnóstico Social do Concelho de São Brás de Alportel, onde foram sistematizadas as principais características sociais, culturais, ambientais e populacionais do Concelho.

A Associação In Loco fez-se representar na pessoa do Presidente da Direcção Dr. Nelson Dias, e por uma estagiária na instituição.

A **Associação Rota da Cortiça** é uma Associação que procura promover e divulgar a cortiça enquanto matéria prima de excelência e importância vital no Concelho de São Brás de Alportel, através da organização de percursos pedestres pelas zonas do Barrocal e Serra Algarvia, actividades de plantação de Sobreiros, “*Workshops*” de trabalhos em cortiça com artesões locais, observação de fauna local, entre outros, numa perspectiva de acompanhamento da matéria prima desde o local de recolha até aos locais de transformação, e valorização do ecossistema composto pelo montado de sobro, como alternativa ao turismo de “sol e praia” que caracteriza o Algarve.

A Associação Rota da Cortiça foi fundada e é composta pela Autarquia de São Brás de Alportel, Associação Portuguesa de Cortiça (APCOR), Associação de Agricultores de São Brás de Alportel, Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão, Santa Casa de Misericórdia de São Brás de Alportel, Associação In Loco e Entidade Regional de Turismo do Algarve.

A representação desta entidade ficou ao cargo de Sofia Carrusca, técnica gerente da associação.

A **Associação Jovem Sambrasense** é uma Associação fundada em 1991 com o objectivo de realizar actividades desportivas, recreativas, educativas e culturais dirigidas

à população juvenil de São Brás de Alportel, sendo o seu âmbito de actuação o Concelho de S. Brás de Alportel e caracteriza-se como uma associação de jovens que realiza actividades para jovens potenciando deste modo o associativismo e participação jovem no Concelho; foi representada por um sócio.

As restantes entidades presentes foram: **Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel** (uma representante), **Associação de Agricultores de São Brás de Alportel** (representada pelo Presidente, Dr. Joaquim Mendoza) **Agrupamento Vertical de Escolas** (Prof. Domingos Guapo), **Junta de Freguesia de São Brás de Alportel**, representada pelo Presidente de Junta, David Gonçalves e finalmente a Autarquia de São Brás de Alportel, representada por: Eng.<sup>a</sup> Amélia Ribeiro, Dr.<sup>a</sup> Dora Barradas e Dr. José Serrano.

No total estiveram presentes no Fórum Treze participantes, excluindo o moderador, que neste caso concreto assumiu a pessoa do aluno estagiário.



### 3.3 Temáticas Abordadas

As temáticas abordadas no Fórum de Participação Pública centraram-se na questão da Sustentabilidade geral do Concelho de São Brás de Alportel, e as especificidades que o compõem.

Sendo que o conceito de sustentabilidade não se cinge unicamente à questão do meio ambiente, mas engloba todos os factores que directa ou indirectamente influenciam a qualidade de vida das populações e que são geradores de efeitos no meio ambiente, o debate desenvolveu-se em torno das permissas de complementaridade que o conceito engloba, e que assumem especial destaque num Concelho como São Brás de Alportel, fortemente dependente e influenciado pelo meio físico em que se encontra inserido, e pelas actividades geradas pela utilização dos recursos provenientes desse meio.

A análise SWOT permitiu de forma sucinta, realizar uma caracterização dos principais problemas que o Concelho de São Brás enfrenta, mas permitiu igualmente evidenciar potencialidades e oportunidades que poderão representar um passo decisivo para o desenvolvimento sócioeconómico integrado em São Brás de Alportel, sendo que esse desenvolvimento engloba naturalmente a componente ambiental, numa perspectiva que valorize o crescimento, melhoria da qualidade de vida das populações e a preservação do meio ambiente, ou seja numa perspectiva de Sustentabilidade.

Aquando a compilação e tratamento da informação recolhida que permitiu a realização da análise SWOT, foram levantadas questões que serviram de base orientadora (mas que não limitaram) para a posterior discussão temática que se desenvolveu, e que permitiu a troca e discussão de ideias, e elaboração de propostas de intervenção, de um modo informal e directo, contribuindo para o enriquecimento participativo do evento.

Estas questões centraram-se nos dois principais níveis abordados: Sócioeconómico e Ambiental, dada a abrangência dos termos e o elevado grau de interligação e interdependência que possuem na realidade local sambrasense.

Assim as principais questões, nestes dois níveis citados foram:

#### **Nível Sócioeconómico:**

- Como Fixar a Nível Laboral um maior número de população residente?

- Que medidas poderão ser desenvolvidas para incentivar o crescimento da Iniciativa Privada?
- Como utilizar e interligar de modo mais eficiente políticas camarárias e iniciativas de ONGs para combater o insucesso e abandono escolar e aumentar as habilitações literárias da população?
- Como garantir o acesso contínuo da População a Serviços Públicos essenciais?
- Como promover um efectivo *Empowerment* das populações e assegurar um aumento dos comportamentos de cidadania?

### **Nível Ambiental:**

- Como garantir uma efectiva protecção da fauna e flora locais e envolvimento dos principais actores locais (associações de caçadores, agricultores) na protecção da mesma?
- Como minimizar o impacto das principais actividades humanas no meio ambiente envolvente?
- Como potenciar um crescimento urbano ordenado e sustentável?
- Como aproveitar (e gerir) de uma forma sustentável os recursos naturais do Concelho de São Brás?

Estas questões como já foi referido serviram de base para a discussão e formulação de propostas de intervenção, não tendo contudo limitado a participação aos itens focados, mas antes servindo os mesmos para ampliar e aprofundar os problemas identificados na análise SWOT e a partir dos mesmos construir as inferências necessárias para gerar respostas de resolução.

### 3.4 Propostas de Intervenção

O Fórum de Participação Pública, Agenda 21 Local, São Brás de Alportel, iniciou-se às 14:00 horas (com uma tolerância de 30 minutos para maximizar o número de participantes presentes aquando a abertura do Fórum) encerrando às 17:40 horas.

A abertura da Sessão Plenária, inicialmente a cargo do Sr. Vice Presidente, Dr. Vítor Guerreiro foi realizada pela Dr.<sup>a</sup> Dora Barradas, Adjunta do Gabinete do Presidente, em representação da Câmara Municipal, em virtude da impossibilidade do Sr. Vice Presidente em comparecer à Sessão.

Tendo em conta o reduzido número de participantes optou-se pela não divisão em grupos de trabalho, procurando antes incentivar o debate aberto e a troca de pontos de vista entre os vários participantes, tendo em conta os resultados do processo investigativo e análise SWOT expostos na forma de diapositivos power point.

Terminada a apresentação, pediu-se aos participantes que reflectissem sobre os temas apresentados, e que expusessem problemáticas que não foram visadas ou que na sua opinião se revestiam de igual importância, iniciando-se assim o debate, que assumiu uma forma mais expositiva, uma vez que a grande maioria dos participantes parecia mais interessada em expôr directamente ao moderador as suas ideias e propostas, do que propriamente em gerar um debate aceso em torno das mesmas, embora o debate tenha ocorrido, motivado pelo levantamento de dúvidas e contraponto de propostas lançadas quer pelo moderador, quer pelos diferentes membros participantes.

O debate iniciou-se com os participantes a apontarem algumas das principais razões para a existência de diversas problemáticas e/ou carências específicas no Concelho, salientando-se a questão da Regionalização, como um factor essencial para a dinamização da realidade regional algarvia, e por conseguinte das comunidades locais, referindo alguns dos participantes que o processo de Regionalização traria inúmeras vantagens para a Região do Algarve ao permitir a criação de mecanismos legais e institucionais adaptados às realidades locais, e permitindo de igual modo uma intervenção e participação alargada por parte dos cidadãos, assim como o aumento de competências e esferas de decisão por parte do poder local.

Os participantes lamentaram ainda as diversas discussões, debates e promessas eleitorais dos diversos partidos políticos, respeitantes ao processo de Regionalização que nunca se

materializaram numa efectiva descentralização administrativa da qual a região carece urgentemente de forma a responder mais adequadamente aos diversos problemas que enfrenta, sendo que no mesmo sentido foi apontada a excessiva carga burocrática resultante de Normas Europeias, que limitam a actividade económica local, e a capacidade de inovação e iniciativa individuais.

Alguns participantes referiram a subvalorização actual do Centro Histórico Sambrasense, assim como alguma falta de interesse ou desconhecimento por parte da população local, nas tradições históricas do Concelho, assentes maioritariamente em actividades relacionadas com o meio ambiente.

As diversas instituições presentes, assim como a autarquia local, referiram constantemente, medidas em curso ou em fase de implementação, da sua autoria, para lidar com estes e outros problemas previamente identificados, admitindo contudo dificuldades na aplicação de medidas, maioritariamente devido à actual situação de crise económica e consequentes restrições orçamentais que daí advêm, observando que em situações similares as questões ambientais são sempre preteridas em relação a medidas e sectores geradores de lucro mais imediato, mesmo que o sector ambiental gere um lucro superior, a médio ou longo prazo.

Após o debate, e um consenso relativamente alargado em relação aos problemas que afectam o Concelho, foram propostas uma série de medidas de intervenção, também elas gerando um amplo consenso entre os participantes.

#### **Propostas de Intervenção:**

- Criação de uma Horta Comunitária (Projecto em fase de implementação, resultante de uma pareceria entre a Associação In Loco e a Autarquia de São Brás de Alportel).
- Incentivar o desenvolvimento de Sistemas de Produção/Consumo locais, maximizando o aproveitamento dos recursos existentes no Concelho.
- Continuar a apostar e desenvolver parcerias entre diversas associações locais, nacionais e internacionais.
- Cultivo de Plantas Ornamentais autóctenes ou adaptadas às condições climáticas da região, nos espaços publicos.

- Proibição da circulação de veículos ligeiros no centro urbano da Vila, criando um parque de estacionamento na periferia e transportes públicos para pessoas com mobilidade reduzida.
- Apoio ao desenvolvimento de programas de Educação Cívica e Ambiental, como forma de informar os cidadãos e promover a mudança de atitudes e comportamentos.
- Apostar na formação de projectos de desenvolvimento económico, social, cultural, tendo como base os produtos e valores locais de produção.
- Criação de um Parque Industrial público, com a possibilidade de distribuição de terrenos a preços acessíveis a Empresas; criação de um “ninho” de empresas.
- Excluir a Iniciativa Privada dos Processos de Planeamento Urbano.
- Baixa de IMI a pessoas/agregados familiares reveladores de comportamentos amigos do ambiente (ex: Reciclagem, voluntariado na área do ambiente).

Estas medidas constituem a base para o desenvolvimento e implementação de um processo Agenda 21 Local completo, na medida em que exigem não só o compromisso das associações locais e da autarquia, de forma a serem eficientemente implementadas, mas igualmente o estabelecimento de diálogos por parte dos decisores locais com a população sambrasense, de forma a serem acauteladas especificidades e carências locais que de outro modo podem não ser tidas em consideração.

Foram discutidos os principais problemas que afectam o Concelho, problemas estes que não se resumem de forma isolada a diferentes sectores (económico, social, ambiental) mas que se encontram interligados, pelas características endógenas da Região de São Brás de Alportel, e que por isso se tocam e acabam por se influenciar mutuamente assim como a qualidade de vida das populações locais.

Foram também identificados problemas de índole administrativa, que representam dificuldades acrescidas no desenvolvimento de políticas de intervenção, e que requerem um trabalho conjunto entre poder local, instituições e associações diversas, e com o poder Central, com o intuito de eliminar barreiras e facilitar o empreendedorismo pessoal, e agilizar processos burocráticos; neste contexto a progressão para um processo Agenda 21 Local pode revelar-se útil para dinamizar mudanças administrativas e para facilitar a implementação de normas comunitárias ou de âmbito nacional, adaptando-as às especificidades locais.

### 3.5 Avaliação do Fórum

Terminado o Fórum, procedeu-se à distribuição de um questionário previamente elaborado, para determinar as diferentes percepções dos participantes no que concerne às temáticas abordadas, ao desempenho do moderador e informação disponibilizada, assim como a percepção geral de utilidade do Fórum para a posterior elaboração e implementação de medidas que permitam um aumento do nível de Sustentabilidade, participação cívica, e aumento da qualidade de vida no Concelho de São Brás de Alportel.

O questionário encontra-se dividido em quatro pontos, sendo que do primeiro ao terceiro ponto se procurou recolher informação respeitante a percepções, atitudes e crenças em relação ao Fórum propriamente dito e no quarto e último ponto, informação sobre os participantes.

O tratamento de dados foi efectuado com o programa Statistical Package for Social Sciences (SPSS, versão 15.0) apresentando-se em seguida os resultados de acordo com os itens avaliados nos diferentes pontos.

Statistics						
		Organização do Fórum	Ritmo de trabalho e informação disponibilizada	Desempenho Geral do moderador	Pertinência dos Temas abordados	Percepção de utilidade do Fórum
N	Valid	12	12	12	12	12
	Missing	0	0	0	0	0
Mean		3,92	3,50	3,92	4,67	4,00
Median		4,00	3,50	4,00	5,00	4,00
Std. Deviation		,793	,798	,996	,492	1,044
Minimum		3	2	2	4	2
Maximum		5	5	5	5	5

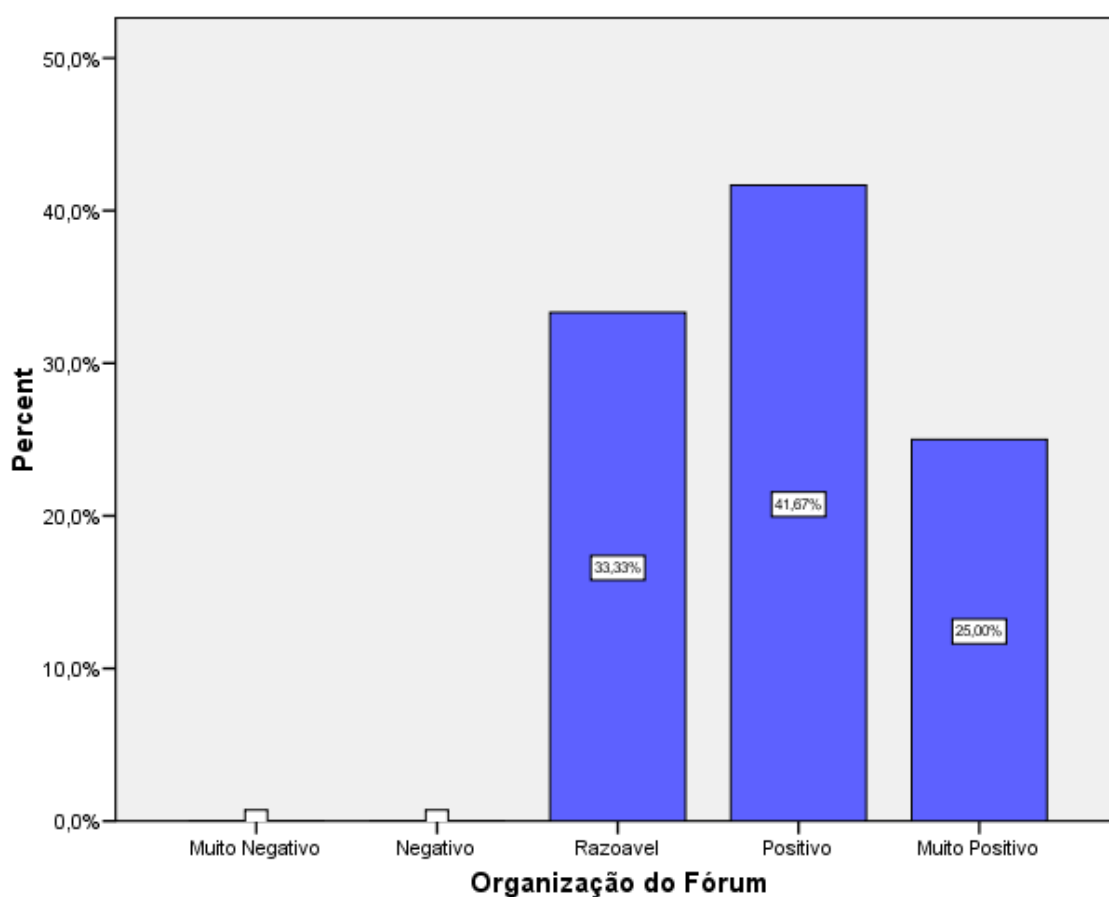
**Figura 1.6** – Resultados/Estatísticas Descritivas (média, mediana e desvio padrão) dos critérios de avaliação do Fórum de Participação Pública constantes no ponto 1 do Inquérito.

Fonte: Miguel Martins.

Relativamente ao primeiro ponto, pedia-se aos participantes que tivessem em consideração os seguintes critérios, e que colocassem uma cruz, conferindo uma avaliação de 1 (muito negativo) a 5 (muito positivo) em cada item.

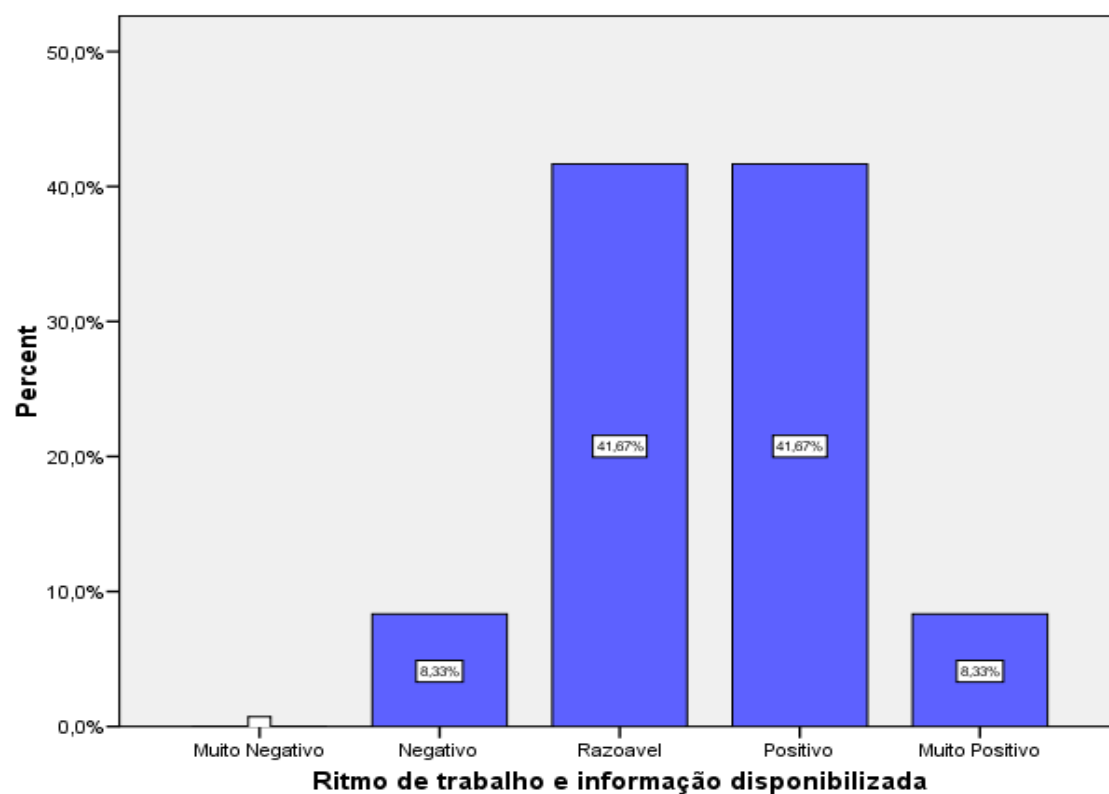
A média dos resultados mostra que a generalidade dos participantes considerou positivo e útil no geral a realização do Fórum, assim como o desempenho do moderador, considerando mesmo muito positivo a pertinência dos temas abordados, um dado demonstrativo da percepção da importância que as temáticas relacionadas com o Desenvolvimento Sustentável possuem junto de decisores políticos e associações diversas.

Os gráficos seguintes aqui expostos representam as percentagens individuais para cada variável classificada:



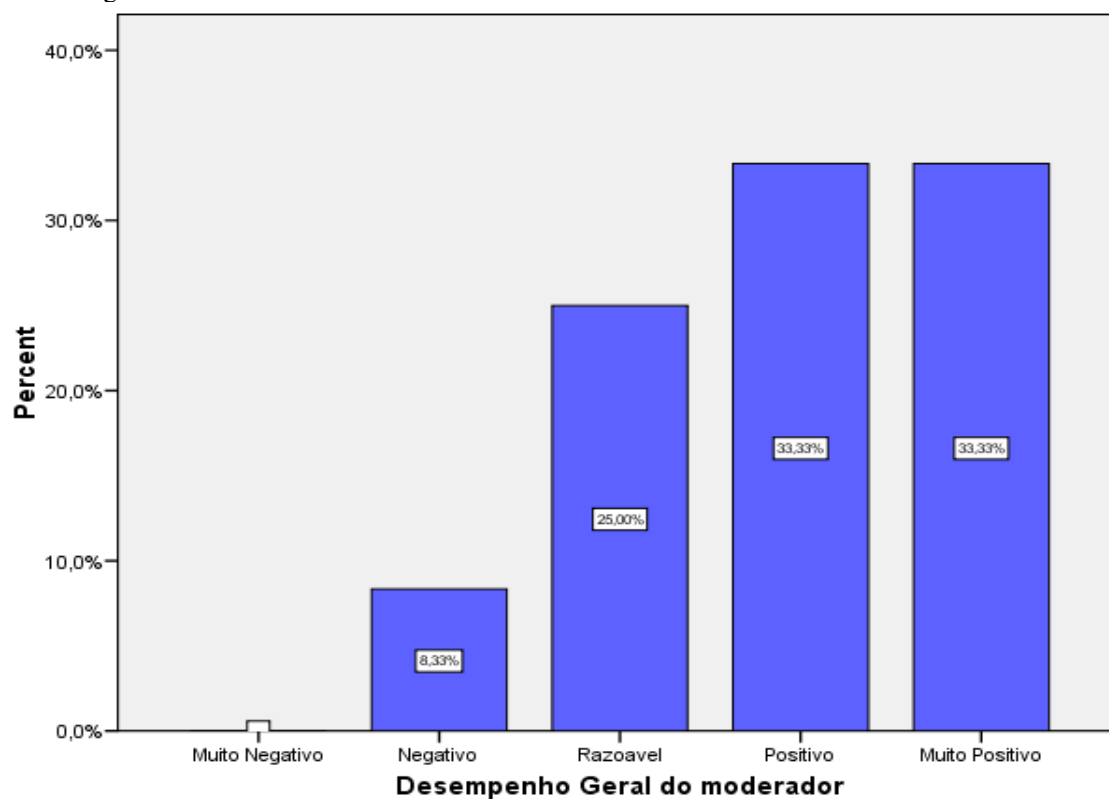
**Figura 1.7** – Respostas ao critério de avaliação do Fórum: “Organização do Fórum”

Fonte: Miguel Martins.



**Figura 1.8** – Respostas ao critério de avaliação do Fórum: “Ritmo de trabalho e informação disponibilizada”

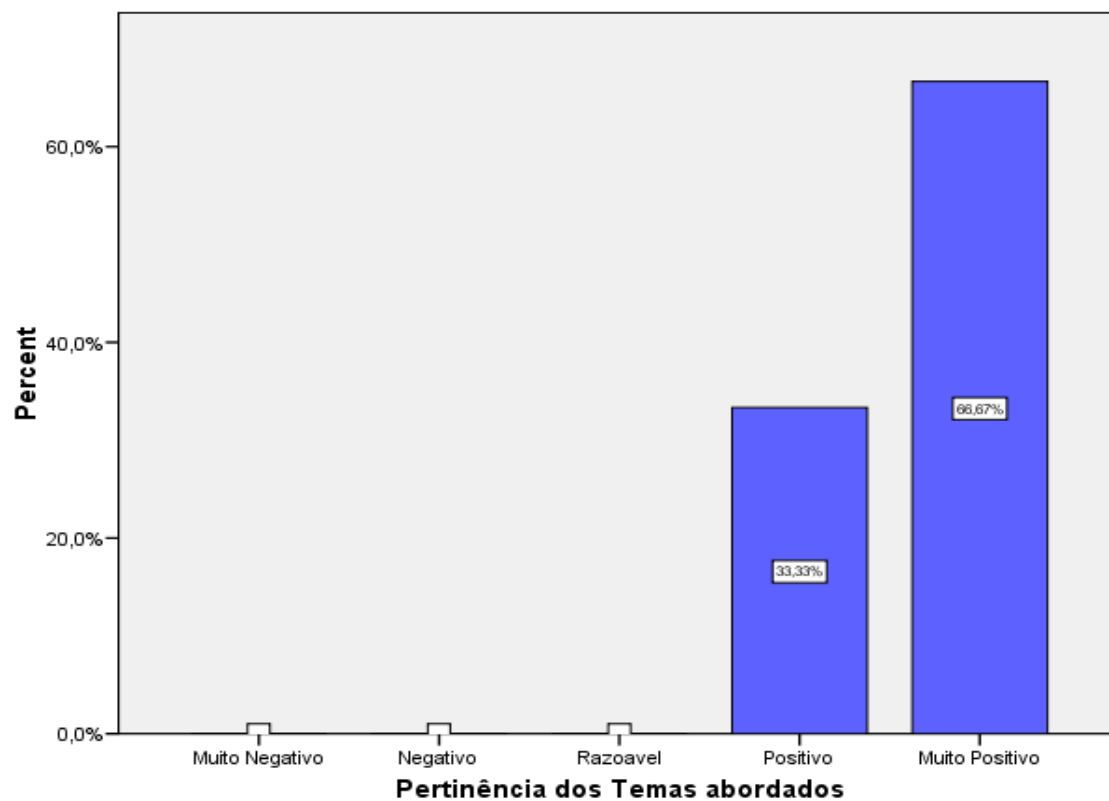
Fonte: Miguel Martins.



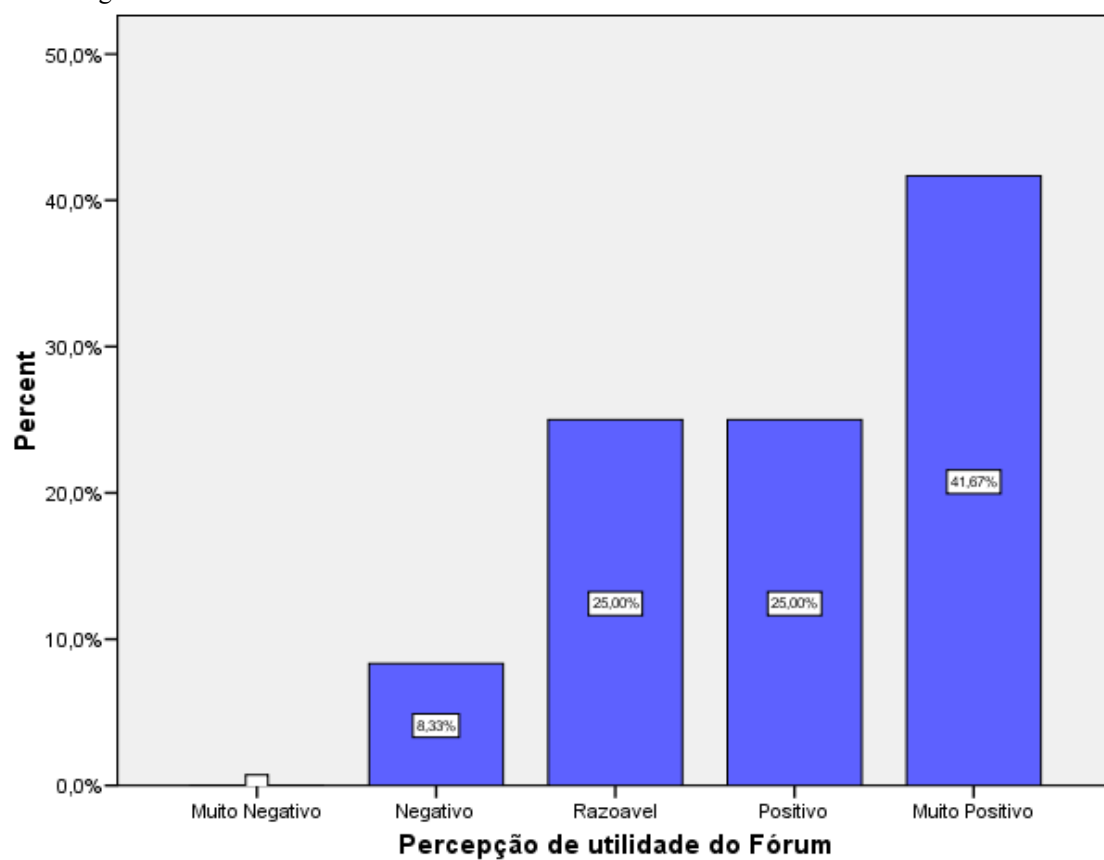
**Figura 1.9** – Respostas ao critério de avaliação do Fórum: “Desempenho Geral do moderador”

Fonte: Miguel Martins.





**Figura 2.1** – Respostas ao critério de avaliação do Fórum: “Pertinência dos Temas abordados”  
Fonte: Miguel Martins.



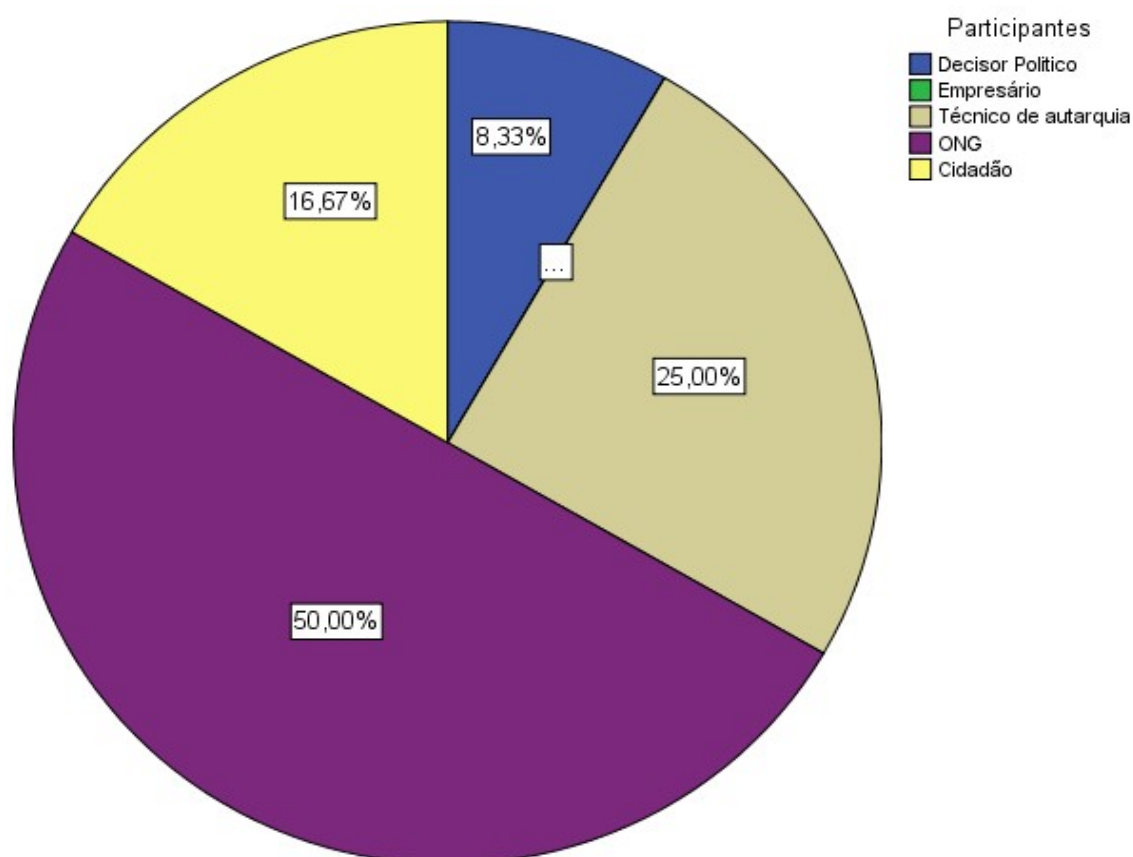
**Figura 2.2** – Respostas ao critério de avaliação do Fórum: “Percepção de utilidade do Fórum”

No segundo ponto do inquérito, os participantes foram questionados sobre os aspectos que consideraram mais positivos e negativos no Fórum de Participação Pública, sendo que no terceiro ponto lhes foi inquirido se considerariam útil a realização de mais sessões de participação e debate público.

Relativamente ao segundo ponto do Inquérito, a grande maioria dos participantes salientou como aspectos positivos a pertinência e importância dos temas abordados, e a possibilidade de debate entre instituições, autarquia e cidadãos, destacando pela negativa a fraca participação e adesão quer por parte de cidadãos, quer pela parte de outras instituições.

No que concerne ao terceiro ponto, todos os participantes sem excepção consideraram útil a realização de mais sessões similares ao Fórum de Participação Pública.

No quarto e ultimo ponto referente a informação sobre os participantes, a maioria identificou-se como representante de uma ONG, seguido por Técnico de Autarquia e por participantes que se identificaram como cidadãos, sendo que nenhum participante se identificou como empresário.



**Figura 2.3** – Informação sobre os participantes no Fórum de Participação Pública.  
Fonte: Miguel Martins.

## **Considerações Finais**

O programa Agenda 21 Local assume-se como um instrumento Politico-Administrativo, cujo objectivo é a promoção e implementação à escala mundial de conceitos e modelos de Desenvolvimento Sustentável nas diferentes Nações do Globo, concedendo especial enfoque às problemáticas locais, as quais requerem uma conjugação de esforços e trabalho de cooperação entre o poder local, associações, ONGs e cidadãos no geral, de forma a obter consensos alargados e delinear estratégias de resposta e acção conjuntas com o intuito de resolver problemas localmente contextualizados e que portanto requerem medidas específicas, adaptadas aos mesmos.

Os cidadãos no geral, e os portugueses em particular, possuem níveis de preocupação, sensibilidade e exigência cada vez maiores, relativamente aos problemas ambientais e ao próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável, exigindo por parte dos seus representantes medidas concretas, tanto a nível nacional como local, com destaque para o segundo onde esses problemas exercem uma influência mais visível.

Em Portugal o programa Agenda 21 Local encontra-se numa fase de expansão, sendo que só recentemente podémos assistir a um aumento considerável do número de processos implementados ou em fase de desenvolvimento, impulsionados maioritariamente por ONGs ou associações diversas, em virtude da inexistência de uma estratégia nacional de divulgação da A21L que envolvesse as várias entidades competentes no processo de forma activa e abrangente, e da incipiente integração de questões ligadas à sustentabilidade ambiental na agenda das principais forças políticas nacionais.

Tendo em conta as potencialidades que um processo A21L possui, e a deficitária e tardia divulgação e implementação de projectos no nosso país, este trabalho pretendeu dar um contributo, para o desenvolvimento de um processo A21L no Concelho de São Brás de Alportel, com o intuito de promover um aproveitamento genuíno das potencialidades económicas, sociais, culturais e ambientais da região através da participação pública dos cidadãos e organizações locais, materializada na elaboração de um Fórum de Discussão Pública, numa perspectiva de entrosamento de saberes e competências entre sociedade civil, e poder local na forma da Autarquia Sambrasense.

Uma vez que um processo Agenda 21 Local, bem como qualquer processo com o objectivo de enfrentar problemas autóctenes através do debate e elaboração de propostas de intervenção, exige a adaptação às realidades locais em particular aos condicionantes logísticos, económicos e humanos que a região apresenta, tornou-se imprescindível realizar uma ampla caracterização do Concelho de São Brás de Alportel, focada nos principais temas que um projecto desta natureza comporta, ou seja uma caracterização sócioeconómica, cultural, e ambiental do Município em questão, assim como das políticas que têm sido desenvolvidas pela Autarquia com o objectivo de promover um modelo de Desenvolvimento Sustentável em São Brás de Alportel.

Através da recolha e tratamento de informação sobre a realidade concelhia, nomeadamente sobre a acção da Autarquia Local nesse contexto, foi possível sistematizar uma série de dados que permitiram caracterizar o Concelho, assim como identificar os principais problemas que afectam a região, a partir dos quais se desenvolveu o Fórum de Participação Pública e as consequentes propostas de intervenção que dele resultaram.

O Município de São Brás de Alportel não possuía até à data, qualquer processo Agenda 21 Local em vias de implementação, realizando antes medidas dirigidas aos diversos sectores temáticos, sendo que podemos enquadrar as políticas dirigidas às questões ambientais no âmbito de um Plano Municipal de Ambiente, que constitui na realidade local portuguesa, o instrumento de gestão ambiental mais comunmente utilizado pelos municípios, uma situação que como já foi anteriormente referido, pode constituir um obstáculo à implementação e difusão da A21L, dadas as limitações que estes planos possuem, em particular no que respeita à questão da cidadania e participação pública.

Esta realidade nacional, caracteriza-se por uma tradição política relativamente centralista e autoritária, traduzida num distanciamento entre decisores políticos e sociedade civil, assim como nalgum desconforto ou inabilidade para lidar com o confronto de ideias e questionamento de opções e linhas de orientação, que a participação e debate público implicam.

É justo reconhecer que a autarquia sambrasense realizou algumas medidas no sentido de apelar e aprofundar à participação cívica, nomeadamente através da realização do Orçamento Participativo, tendo mesmo sido pioneira na implementação deste instrumento que embora potencie o *empowerment* dos cidadãos, carece de uma visão

global e integradora, e não inclui de forma activa os cidadãos no processo de tomada de decisão sobre medidas e linhas gerais de orientação politico-administrativas.

De facto, esta focalização no particular, em detrimento de modelos globais, reflecte algum atraso estrutural, comum a todo o território, materializando-se nas opções de desenvolvimento e protecção ambientais extremamente básicas, voltadas maioritariamente para o saneamento básico, tratamento de resíduos urbanos e abastecimento de água, que a maioria dos municípios portugueses adopta, e entre os quais o município de São Brás de Alportel não é excepção.

Ao longo do processo de investigação e de implementação do Fórum, surgiram vários obstáculos como a escassez de fontes bibliográficas actualizadas sobre o Concelho e o fraco envolvimento por parte da Autarquia local tanto no processo de divulgação e implementação do Fórum, como nas fases antecedentes o que dificultou e limitou consideravelmente o desenvolvimento de um projecto mais abrangente que comportasse um plano de acção com metas definidas, embora o objectivo central de desenvolver uma base para a posterior aplicação das restantes etapas de um processo A21L fosse cumprido.

A fraca adesão por parte da população no Fórum, embora possa ser atribuída em parte a falhas no processo divulgativo, exemplifica a apatia generalizada e o déficit de envolvimento público que se verifica no Concelho de São Brás de Alportel, uma problemática aliás, amplamente explorada nos debates que se realizaram no Fórum de Participação Pública, e que urge ser enfrentada pela Autarquia Local e pelas Associações locais.

De acordo com os participantes neste Fórum, que se espera ter pavimentado o caminho para a realização posterior de sessões deste género, potenciadoras do debate público e da participação cívica, o mesmo foi considerado globalmente positivo, salientando-se os consensos generalizados em relação aos principais problemas que foram identificados no Concelho e as medidas de intervenção propostas assim como sobre a actualidade e importância de divulgar, e implementar modelos de Desenvolvimento Sustentável, e os benefícios que daí advêm, em especial em Concelhos como São Brás de Alportel, no qual a perspectiva de qualidade de vida é dos principais atractivos para a fixação de população.

As propostas de intervenção geradas neste Fórum, que tiverem na sua génese o processo de investigação, recolha e tratamento de dados e o debate que se realizou em seu torno, constituem um conjunto de recomendações e alertas para problemas que existem no Município de São Brás, e uma base sobre a qual a Autarquia, as associações e os cidadãos podem construir um Processo Agenda 21 Local, tendo em conta as permissas citadas, e a necessidade de criação de mecanismos de monitorização e acompanhamento de medidas, de forma a fornecer feedback constante sobre a sua evolução e progresso.

## Lista de Figuras:

Figura 1.1 – Ciclo da Sustentabilidade.....	17
Figura 1.2 – Evolução do número de processos Agenda 21 Local em Portugal.....	19
Figura 1.3 – Mapa do Concelho de São Brás de Alportel.....	21
Figura 1.4 – Ciclo SWOT.....	32
Figura 1.5 – Diagrama SWOT.....	32
Figura 1.6 - Resultados/Estatísticas Descritivas (média, mediana e desvio padrão) dos critérios de avaliação do Fórum de Participação Pública constantes no ponto 1 do Inquérito.....	48
Figura 1.7 – Respostas ao critério de avaliação do Fórum: “Organização do Fórum” .....	49
Figura 1.8 – Respostas ao critério de avaliação do Fórum: “Ritmo de trabalho e informação disponibilizada” .....	50
Figura 1.9 – Respostas ao critério de avaliação do Fórum: “Desempenho geral do moderador”.....	50
Figura 2.1 – Respostas ao critério de avaliação do Fórum: “Pertinência dos temas abordados.....	51
Figura 2.2 – Respostas ao critério de avaliação do Fórum: “Percepção de utilidade do Fórum” .....	51
Figura 2.3 – Informação sobre os participantes no Fórum de Participação Pública.....	52

## **Lista de Abreviaturas:**

**A21L** – Agenda 21 Local.

**CNUAD** – Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento.

**CIVITAS** – Centro de Estudos sobre Cidades e Vilas Sustentáveis.

**CECVS** – Campanha Europeia para Cidades e Vilas Sustentáveis.

**CMDS** – Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

**D.S** – Desenvolvimento Sustentável.

**ENDS** – Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.

**EMAS** – Eco-Management and Audit Scheme.

**GLOCAL** – Iniciativa de Apoio a modelos de Desenvolvimento Sustentável.

**ICLEI** – International Council for Local Environment Initiatives.

**ISO** – International Organization for Standardization.

**ODM** – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

**ONU** – Organização das Nações Unidas.

**ONG** – Organização Não Governamental.

**OMS** – Organização Mundial de Saúde.

**OMC** – Organização Mundial do Comércio.

**PIENDS** – Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

**PDM** – Plano Director Municipal.

**PMA** – Plano Municipal de Ambiente.

**PROT** – Plano Regional de Ordenamento do Território.

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

**POPH/QREN** – Programa Operacional Potencial Humano/Quadro de Referência Estratégico Nacional.

**UE** – União Europeia.

**WCED** – World Commission on Environment and Development.

**WCS** – World Conservation Strategy.



## **Referências Bibliográficas:**

- ATCHIA, TROPP, Michael, Shawna (edit), *Environmental Management – Issues and Solutions*. UNEP, John Willey and Sons, England, 1995.
- CUPETO, Carlos (coord.) *Guia Agenda 21 Local – Um Desafio Para Todos*. Agência Portuguesa do Ambiente, Novembro 2007.
- GUERREIRO, M. Gomes, *O homem na perspectiva ecológica*. Fundação para o desenvolvimento da Ualg, 1999.
- HEWITT, Nicola, *Guia Europeu de Planeamento para a Agenda 21 Local: como implementar o planeamento Ambiental a longo prazo com vista à sustentabilidade*. The international Council For Local Environment Iniciatives (ICLEI), 1995.
- JACOBS, Michael (edit). *Greening the Millennium? The New Politics of the Environment*. Blackwell Publishers, Oxford, 1997.
- LASH, WYNNE, Scott, Brian et all (edit). *Risk, Environment and Modernity Towards a New Ecology*. SAGE Publications, 1998.
- MORGAN K. Richard. *Environmental Impact Assessment: A methodological Perspective*. Kluwer Academic Publishers, 1998.
- PERNA, Fernando (coord). *Agenda 21 Local Portimão: Metodologia, Estratégia e Plano de Acção*. Centro Internacional de Investigação em Território e Turismo (CIITT) Portimão, Abril 2007.
- ROSELAND, Mark, *Towards Sustainable Communities: Resources for Citizens and their Governments*. New Society Publishers, 1998.
- REDCLIFT, WOODGATE, Michael, Graham (edit.) *The International Handbook Of Environmental Sociology*. Edgar Elgar Publishing, 1997.
- SCHIMIDT, Luísa. *Portugal Ambiental: Casos & Causas*. Celta Editora, Oeiras, Janeiro, 1999.
- SCHMIDT, NAVE, GUERRA, Luísa, Joaquim Gil, João. *Autarquias E Desenvolvimento Sustentável: Agenda 21 Local e Novas Estratégias Ambientais*. Fronteira do Caos, Porto, 2005.
- VASCONCELOS, Lia; BAPTISTA, Idalina (org.) – *Environmental Activism in Society*. Lisboa, Fundação Luso-Americana, 2002.

### **Outras Fontes Consultadas:**

- AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE (APA). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015*. Janeiro de 2008. (Disponível em: [http://www.apambiente.pt/politicassustentavel/DesenvolvimentoSustentavel/EstrategiaNacionalDesenvolvimentoSustentavel/Documents/ENDS2015\\_Partel.pdf](http://www.apambiente.pt/politicassustentavel/DesenvolvimentoSustentavel/EstrategiaNacionalDesenvolvimentoSustentavel/Documents/ENDS2015_Partel.pdf) Consultado a: 10/12/2010).
- AGENDA 21 LOCAL PORTUGAL. *Portal da Agenda 21 Local Nacional*. (Disponível em: <http://www.agenda21local.info/> Consultado a: 22/06/2011).
- AGENDA 21 LOCAL EM PORTUGAL. *Breve ponto de Situação*. (Disponível em: [http://www.cascaisenergia.org/Files/Billeder/Agenda21/Glocal/Apresentacoes/Agenda\\_21\\_ponto\\_situacao\\_Glocal09.pdf](http://www.cascaisenergia.org/Files/Billeder/Agenda21/Glocal/Apresentacoes/Agenda_21_ponto_situacao_Glocal09.pdf) Consultado a: 17/06/2011).
- Associação Al-Portel (Disponível em: [http://www.al-portel.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=48&Itemid=57](http://www.al-portel.org/index.php?option=com_content&view=article&id=48&Itemid=57) Consultado a: 17/05/2011).
- Associação In Loco (Disponível em: <http://www.in-loco.pt/site/index.php?module=ContentExpress&func=display&ceid=64> Consultado a: 17/05/2011).
- Câmara Municipal de São Brás de Alportel (Disponível em: [http://www.cm-sbras.pt/portal\\_autarquico/sao\\_bras\\_alportel/v\\_pt-PT](http://www.cm-sbras.pt/portal_autarquico/sao_bras_alportel/v_pt-PT) Consultado a: 10/06/2011).
- CITTASLOW INTERNATIONAL NETWORK: *147 Cities Present in 24 Countries in the World*. (Disponível em: [http://www.cittaslow.org/download/File\\_News\\_Eventi/CITTASLOW\\_LIST\\_june\\_2011.pdf](http://www.cittaslow.org/download/File_News_Eventi/CITTASLOW_LIST_june_2011.pdf) Consultado a: 19/06/2011).
- DIAS, Nelson. *Orçamento Participativo – Animação Cidadã para a Participação Política*. Abril de 2008. (Disponível em: [http://www.in-loco.pt/site/parameters/inloco/files/File/upload/Publicacoes/Livro\\_OP\\_AF\\_web.pdf](http://www.in-loco.pt/site/parameters/inloco/files/File/upload/Publicacoes/Livro_OP_AF_web.pdf) Consultado a: 19/06/2011).
- EUROSTAT, STATISTICAL BOOKS. *Sustainable Development In The European Union: 2009 monitoring report of the EU sustainable development*

strategy: (Disponível em:

[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_OFFPUB/KS-78-09-865/EN/KS-78-09-865-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-78-09-865/EN/KS-78-09-865-EN.PDF) Consultado a: 13/03/2011).

- INE, I.P. *Anuário Estatístico Região Algarve 2009*. (Disponível em: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=102941307&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=102941307&PUBLICACOESmodo=2) Consultado a 10/12/2010).
- INTERNACIONAL COUNCIL FOR LOCAL ENVIRONMENTAL INITIATIVES (ICLEI). *Agenda 21: Section III, Chapter 28: Local Authorities Initiatives In Support Of Agenda 21*. (Disponível em: [http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/res\\_agenda21\\_28.shtml](http://www.un.org/esa/dsd/agenda21/res_agenda21_28.shtml) Consultado a: 15/03/2011).
- ICLEI: Global Local Agenda 21 Summary. (Disponível em: [http://www.iclei.org/documents/Global/la21summary\\_pgs2.pdf](http://www.iclei.org/documents/Global/la21summary_pgs2.pdf) Consultado a 14/03/2011).
- Mapa de Pessoal 2010 (Disponível em: [http://www.cm-bras.pt/portal\\_autarquico/sao\\_bras\\_alportel/v\\_pt-PT/menu\\_municipe/servicos\\_municipais/pessoal/mapa\\_pessoal/](http://www.cm-bras.pt/portal_autarquico/sao_bras_alportel/v_pt-PT/menu_municipe/servicos_municipais/pessoal/mapa_pessoal/) Consultado a: 14/01/2011).
- RELATÓRIO DE FUNDAMENTAÇÃO DA REVISÃO DO PDM DE SÃO BRÁS DE ALPORTEL. Janeiro de 2011. (Disponível em: [http://www.cm-bras.pt/NR/rdonlyres/E83F7ED0-A716-491D-AB7F-328452390F31/0/20110208\\_PDM\\_Relatorio\\_fundamentacao\\_ReuniaoCM18JAN2010.pdf](http://www.cm-bras.pt/NR/rdonlyres/E83F7ED0-A716-491D-AB7F-328452390F31/0/20110208_PDM_Relatorio_fundamentacao_ReuniaoCM18JAN2010.pdf) Consultado a: 7/01/2011).
- SOUSA, Vanessa (coord.). *Diagnóstico Social do Concelho de São Brás de Alportel*. São Brás, Fevereiro de 2006: (Disponível em: <http://www.cm-bras.pt/NR/rdonlyres/E24B675E-75E0-4CE5-910F-F0CB16286C7B/0/diagnostico.pdf> Consultado a: 7/01/2011).
- THE AALBORG COMMITMENTS. *Aalborg + 10, Inspirando O Futuro* (Disponível em: [http://www.aalborgplus10.dk/media/pdf2005/aalborg\\_commitments\\_portuguese.pdf](http://www.aalborgplus10.dk/media/pdf2005/aalborg_commitments_portuguese.pdf) Consultado a: 14/03/2011).

- UNITED NATIONS CONFERENCE ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT (RIO + 20). *The History Of Sustainable Development In The United Nations*. (Disponível em: <http://www.uncsd2012.org/rio20/index.php?menu=22> Consultado a 16/06/2011).
- W. KATES, M. PARRIS. Robert, Thomas et all. *What Is Sustainable Development?: Goals, Indicators, Values and Practice*: (Disponível em: [http://www.hks.harvard.edu/sustsci/ists/docs/whatisSD\\_env\\_kates\\_0504.pdf](http://www.hks.harvard.edu/sustsci/ists/docs/whatisSD_env_kates_0504.pdf) Consultado a: 14/03/2011).

## **ANEXOS**

## **ANEXO A**

### **(Materiais Recicláveis do Município de S.Brás de Alportel, Ano 2009)**

Fonte: Câmara Municipal de São Brás de Alportel.

## Materiais Recicláveis do Município de S. Brás de Alportel

### Ano 2009

**Tabela I** - Quantidades, em toneladas, de materiais recicláveis que deram entrada nas instalações da ALGAR

Embalagens de VIDRO	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envolventes	Grandes Produtores	Total
	Jan	13,266	0,239	0,000	0,000	13,505
	Fev	11,653	0,059	0,000	0,000	11,712
	Mar	14,483	0,393	0,000	0,000	14,876
	Abr	11,791	0,159	0,000	0,000	11,950
	Mai	19,800	0,364	0,000	0,000	20,164
	Jun	18,657	0,375	0,000	0,000	19,032
	Jul	27,982	0,484	0,000	0,000	28,466
	Ago	22,823	0,454	0,000	0,000	23,277
	Set	16,854	0,341	0,000	0,000	17,195
	Out	16,891	0,395	0,000	0,000	17,286
	Nov	19,133	0,343	0,000	0,000	19,476
	Dez	15,806	0,150	0,000	0,000	15,956
	<b>Total</b>	<b>70,993</b>	<b>1,215</b>	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	<b>212,898</b>
Embalagens de PAPEL/CAR TÃO	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envolventes	Grandes Produtores	Total
	Jan	8,478	1,002	0,000	4,460	13,940
	Fev	12,155	1,784	0,000	0,000	13,939
	Mar	10,352	1,706	0,000	4,560	16,618
	Abr	8,970	1,382	0,000	7,780	18,132
	Mai	10,348	1,434	0,000	3,480	15,262
	Jun	8,468	0,637	0,000	3,940	13,045
	Jul	11,012	1,837	0,000	10,200	23,049
	Ago	11,715	1,328	0,000	4,880	17,923
	Set	10,936	0,802	0,000	5,900	17,638
	Out	10,603	0,674	0,000	6,700	17,977
	Nov	9,863	0,804	0,000	4,360	15,027
	Dez	9,922	0,323	0,000	4,500	14,745
	<b>Total</b>	<b>50,303</b>	<b>7,308</b>	<b>0,000</b>	<b>20,280</b>	<b>197,296</b>
Embalagens de PLÁSTICO e METAL	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envolventes	Grandes Produtores	Total
	Jan	3,930	3,930	3,930	3,930	5,255
	Fev	4,748	0,344	0,000	0,000	5,092
	Mar	6,068	0,263	0,000	0,000	6,331
	Abr	5,582	0,309	0,000	0,080	5,971
	Mai	5,371	0,320	0,000	0,060	5,751
	Jun	6,453	0,279	0,000	0,000	6,732
	Jul	6,986	0,338	0,000	0,000	7,324
	Ago	8,246	0,285	0,000	0,000	8,531
	Set	6,933	0,559	0,000	0,000	7,492
	Out	6,334	0,310	0,000	0,000	6,644
	Nov	5,707	0,670	0,000	0,000	6,377
	Dez	7,089	0,236	0,000	0,000	7,325
	<b>Total</b>	<b>25,699</b>	<b>5,167</b>	<b>3,930</b>	<b>4,070</b>	<b>78,824</b>
Embalagens de MADEIRA	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envolventes	Grandes Produtores	Total
	Jan	0,000	0,336	0,000	0,000	0,336
	Fev	0,000	0,334	0,000	0,000	0,334
	Mar	0,000	0,622	0,000	0,000	0,622
	Abr	0,000	0,633	0,000	0,000	0,633
	Mai	0,000	0,833	0,000	0,000	0,833
	Jun	0,000	0,761	0,000	0,000	0,761
	Jul	0,000	1,106	0,000	0,000	1,106
	Ago	0,000	0,491	0,000	0,000	0,491
	Set	0,000	0,780	0,000	0,000	0,780
	Out	0,000	0,593	0,000	0,000	0,593
	Nov	0,000	0,811	0,000	0,000	0,811
	Dez	0,000	0,736	0,000	0,000	0,736
	<b>Total</b>	<b>0,000</b>	<b>2,758</b>	<b>0,000</b>	<b>0,000</b>	<b>8,037</b>

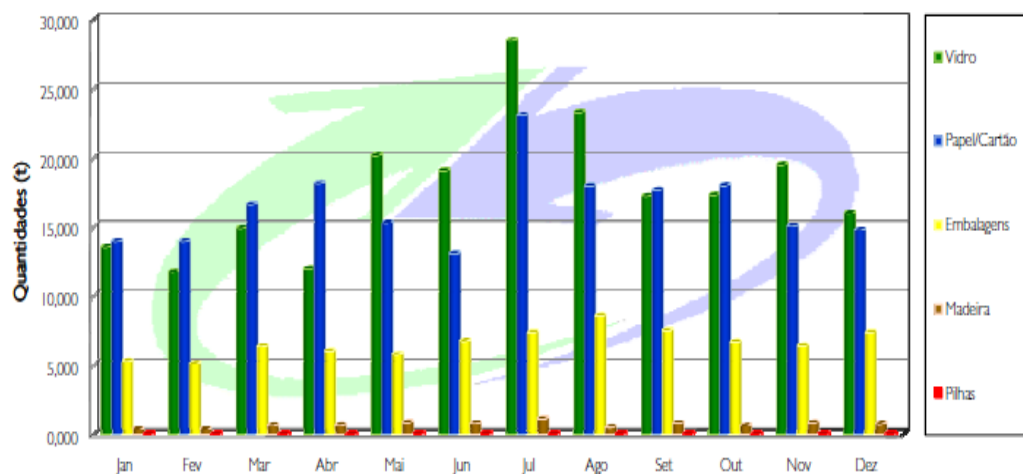
FILHAS	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envolventes	Grandes Produtores	Total
	Jan	0,020	0,020	0,020	0,020	0,020
	Fev	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Mar	0,002	0,000	0,000	0,000	0,002
	Abr	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Mai	0,015	0,000	0,000	0,000	0,015
	Jun	0,020	0,000	0,000	0,000	0,020
	Jul	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Ago	0,025	0,000	0,000	0,000	0,025
	Set	0,020	0,000	0,000	0,000	0,020
	Out	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Nov	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	Dez	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	<b>Total</b>	<b>0,037</b>	<b>0,020</b>	<b>0,020</b>	<b>0,020</b>	<b>0,102</b>

**Nota:**

Ecopontos – Quantidade recolhida nos ecopontos ; Ecocentros – Quantidade entregue nos ecocentros proveniente do Concelho; Envolventes – Quantidade recolhida em circuitos dedicados ao material depositado no exterior dos ecopontos; Grandes Produtores – Quantidade recolhida em circuitos dedicados a empresas privadas e publica



### Materiais Recicláveis do Município de S. Brás de Alportel Ano 2009



(em toneladas)

Material/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
<b>Vidro</b>	13,505	11,712	14,876	11,950	20,164	19,032	28,466	23,277	17,195	17,286	19,476	15,956	<b>212,898</b>
<b>Papel/Cartão</b>	13,940	13,939	16,618	18,132	15,262	13,045	23,049	17,923	17,638	17,977	15,027	14,745	<b>197,296</b>
<b>Embalagens</b>	5,255	5,092	6,331	5,971	5,751	6,732	7,324	8,531	7,492	6,644	6,377	7,325	<b>78,824</b>
<b>Madeira</b>	0,336	0,334	0,622	0,633	0,833	0,761	1,106	0,491	0,780	0,593	0,811	0,736	<b>8,037</b>
<b>Pilhas</b>	0,020	0,000	0,002	0,000	0,015	0,020	0,000	0,025	0,020	0,000	0,000	0,000	<b>0,102</b>

**ANEXOS B & C**

**(Materiais Recicláveis do Município de S.Brás de Alportel, Anos  
2010/2011)**

Fonte: Câmara Municipal de São Brás de Alportel.

## Materiais Recicláveis do Município de S. Brás de Alportel Ano 2010

**Tabela I** - Quantidades, em toneladas, de materiais recicláveis que deram entrada nas instalações da ALGAR.

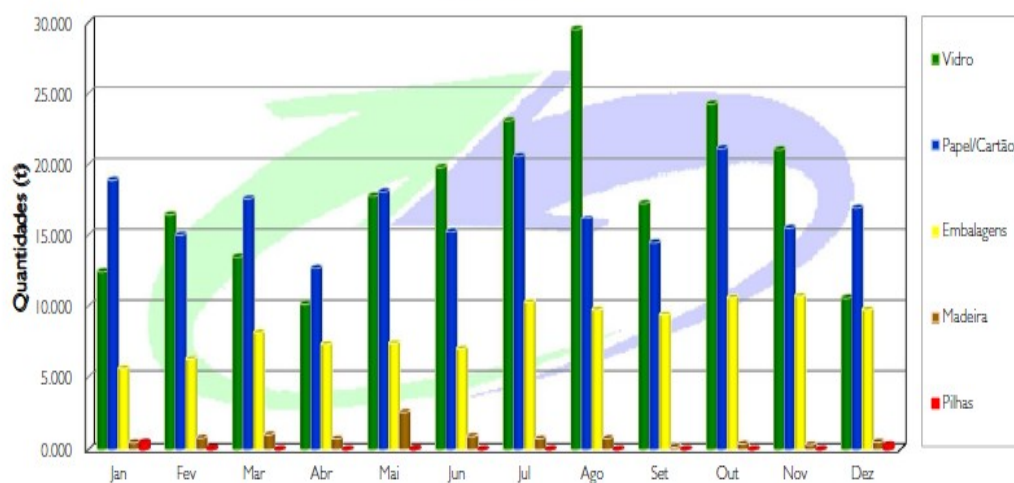
Embalagens de VIDRO	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envolventes	Grandes Produtores	Total
	Jan	11.365	1.043	0.000	0.000	12.408
	Fev	16.175	0.389	0.000	0.000	16.564
	Mar	13.085	0.343	0.000	0.000	13.428
	Abr	9.841	0.288	0.000	0.000	10.129
	Mai	17.730	0.155	0.000	0.000	17.885
	Jun	18.601	0.361	0.000	0.820	19.782
	Jul	21.416	0.117	0.000	1.540	23.073
	Ago	27.430	0.033	0.041	2.019	29.523
	Set	15.096	0.253	0.000	2.020	17.369
	Out	22.200	0.170	0.000	1.900	24.270
	Nov	20.692	0.021	0.000	0.320	21.033
	Dez	9.743	0.079	0.000	0.720	10.542
	<b>Total</b>	<b>203.374</b>	<b>3.252</b>	<b>0.041</b>	<b>9.339</b>	<b>216.006</b>
Embalagens de PAPEL/CARTÃO	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envolventes	Grandes Produtores	Total
	Jan	13.118	1.068	0.000	4.820	19.006
	Fev	9.696	0.721	0.000	4.580	14.997
	Mar	9.567	0.862	0.000	7.280	17.709
	Abr	8.213	0.520	0.000	3.920	12.653
	Mai	13.380	0.974	0.000	3.840	18.194
	Jun	10.443	0.436	0.000	4.340	15.219
	Jul	9.570	0.584	0.123	10.297	20.574
	Ago	10.453	0.857	0.098	4.822	16.230
	Set	9.359	0.489	0.092	4.508	14.448
	Out	11.714	0.323	0.000	9.080	21.117
	Nov	9.876	0.544	0.000	5.060	15.480
	Dez	8.728	0.855	0.000	7.460	17.043
	<b>Total</b>	<b>124.117</b>	<b>8.234</b>	<b>0.313</b>	<b>70.007</b>	<b>202.671</b>

Embalagens de PLÁSTICO e METAL	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envoltentes	Grandes Produtores	Total
	Jan	5.242	0.346	0.000	0.000	5.588
	Fev	5.857	0.398	0.000	0.000	6.255
	Mar	7.324	0.784	0.000	0.000	8.108
	Abr	6.874	0.428	0.000	0.000	7.302
	Mai	7.108	0.256	0.000	0.000	7.364
	Jun	5.941	0.520	0.000	0.520	6.981
	Jul	7.796	0.278	0.000	2.180	10.254
	Ago	6.928	0.590	0.044	2.156	9.718
	Set	6.727	0.306	0.000	2.340	9.373
	Out	7.056	0.629	0.000	2.880	10.565
	Nov	6.380	0.210	0.000	4.080	10.670
	Dez	5.869	0.231	0.000	3.620	9.720
	Total	79.102	4.977	0.044	17.776	101.899
Embalagens de MADEIRA	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envoltentes	Grandes Produtores	Total
	Jan	0.000	0.500	0.000	0.000	0.500
	Fev	0.000	0.823	0.000	0.000	0.823
	Mar	0.000	1.061	0.000	0.000	1.061
	Abr	0.000	0.763	0.000	0.000	0.763
	Mai	0.000	2.510	0.000	0.000	2.510
	Jun	0.000	0.944	0.000	0.000	0.944
	Jul	0.000	0.772	0.000	0.000	0.772
	Ago	0.000	0.790	0.000	0.000	0.790
	Set	0.000	0.190	0.000	0.000	0.190
	Out	0.000	0.408	0.000	0.000	0.408
	Nov	0.000	0.348	0.000	0.000	0.348
	Dez	0.000	0.535	0.000	0.000	0.535
	Total	0.000	9.643	0.000	0.000	9.643
FILHAS	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envoltentes	Grandes Produtores	Total
	Jan	0.000	0.480	0.000	0.000	0.480
	Fev	0.080	0.000	0.000	0.000	0.080
	Mar	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
	Abr	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
	Mai	0.040	0.000	0.000	0.000	0.040
	Jun	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
	Jul	0.002	0.000	0.000	0.000	0.002
	Ago	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
	Set	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
	Out	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
	Nov	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
	Dez	0.000	0.325	0.000	0.000	0.325
	Total	0.122	0.805	0.000	0.000	0.927

**Nota:**

Ecopontos – Quantidade recolhida nos ecopontos; Ecocentros – Quantidade entregue nos ecocentros proveniente do Concelho; Envoltentes – Quantidade recolhida em circuitos dedicados ao material depositado no exterior dos ecopontos; Grandes Produtores – Quantidade recolhida em circuitos dedicados a empresas privadas e pública

### Materiais Recicláveis do Município de S. Brás de Alportel Ano 2010



(em toneladas)

Material/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Vidro	12.408	16.564	13.428	10.129	17.885	19.782	23.073	29.523	17.369	24.270	21.033	10.542	216.006
Papel/Cartão	19.006	14.997	17.709	12.653	18.194	15.219	20.574	16.230	14.448	21.117	15.480	17.043	202.671
Embalagens	5.588	6.255	8.108	7.302	7.364	6.981	10.254	9.718	9.373	10.565	10.670	9.720	101.899
Madeira	0.500	0.823	1.061	0.763	2.510	0.944	0.772	0.790	0.190	0.408	0.348	0.535	9.643
Pilhas	0.480	0.080	0.000	0.000	0.040	0.000	0.002	0.000	0.000	0.000	0.000	0.325	0.927

## Materiais Recicláveis do Município de S. Brás de Alportel Ano 2011

**Tabela I** - Quantidades, em toneladas, de materiais recicláveis que deram entrada nas instalações da ALGAR.

Embalagens de VIDRO	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envoltentes	Grandes Produtores	Total
	Jan	14.909	0.184	0.000	1.300	16.393
	Fev	9.935	0.008	0.023	1.117	11.083
	Mar	18.849	0.000	0.041	1.999	20.889
	Total	43.693	0.191	0.064	4.416	48.364
Embalagens de PAPEL/CARTÃO	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envoltentes	Grandes Produtores	Total
	Jan	9.784	0.450	0.125	6.135	16.494
	Fev	7.567	0.144	0.130	6.390	14.231
	Mar	8.247	0.245	0.119	5.821	14.432
	Total	25.598	0.839	0.374	18.346	45.157
Embalagens de PLÁSTICO e METAL	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envoltentes	Grandes Produtores	Total
	Jan	5.818	0.718	0.046	2.254	8.836
	Fev	5.162	0.022	0.056	2.744	7.984
	Mar	6.564	0.008	0.044	2.176	8.792
	Total	17.544	0.748	0.146	7.174	25.612
Embalagens de MADEIRA	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envoltentes	Grandes Produtores	Total
	Jan	0.000	0.463	0.000	0.000	0.463
	Fev	0.000	0.095	0.000	0.000	0.095
	Mar	0.000	0.114	0.000	0.000	0.114
	Total	0.000	0.672	0.000	0.000	0.672
FILHAS	Mês	Ecopontos	Ecocentros	Envoltentes	Grandes Produtores	Total
	Jan	0.020	0.000	0.000	0.000	0.020
	Fev	0.020	0.000	0.000	0.000	0.020
	Mar	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
	Total	0.040	0.000	0.000	0.000	0.040

**Nota:**

Ecopontos – Quantidade recolhida nos ecopontos ; Ecocentros – Quantidade entregue nos ecocentros proveniente do Concelho; Envoltentes – Quantidade recolhida em circuitos dedicados ao material depositado no exterior dos ecopontos; Grandes Produtores – Quantidade recolhida em circuitos dedicados a empresas privadas e pública.

### Materiais Recicláveis do Município de S. Brás de Alportel Ano 2011



(em toneladas)

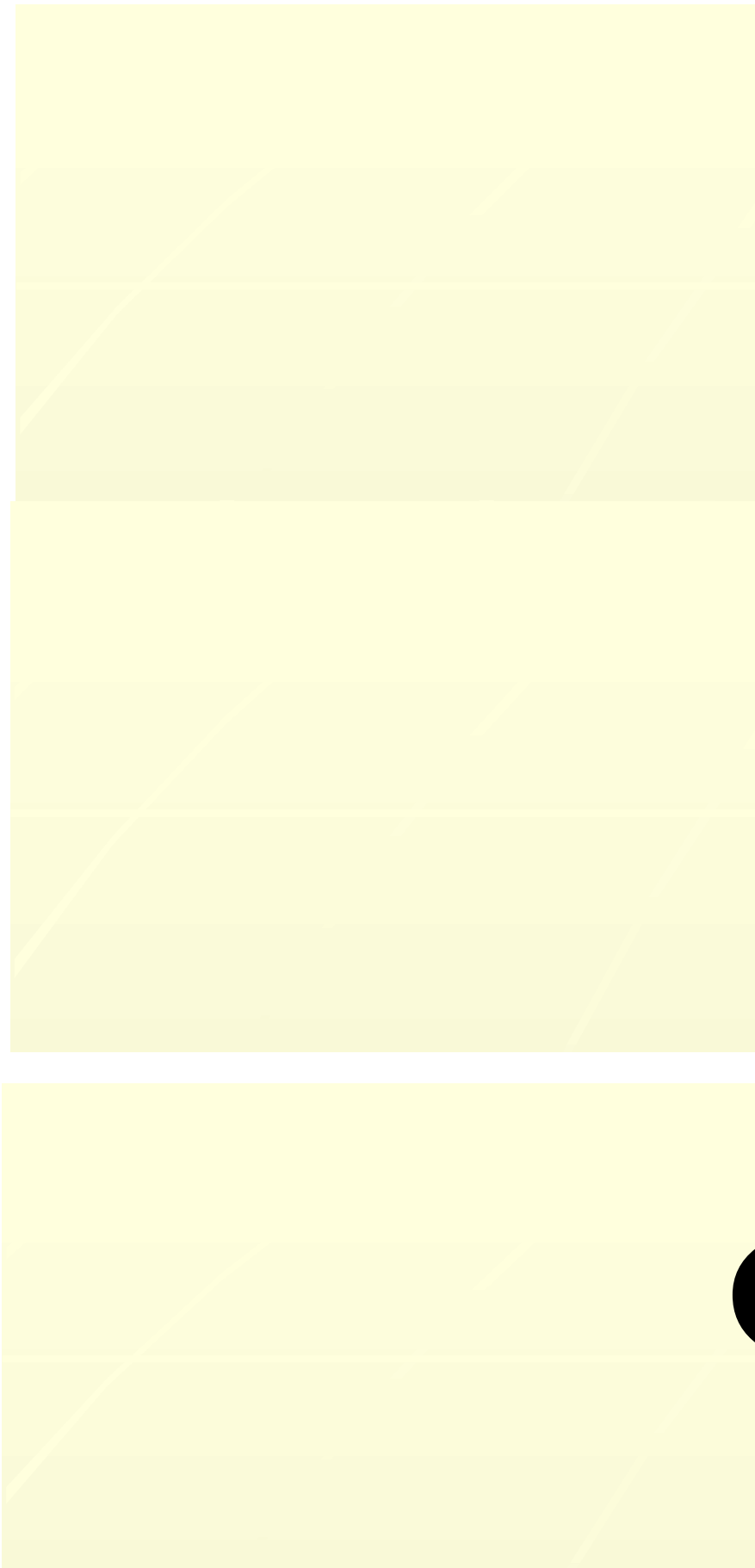
Material/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Vidro	16.393	11.083	20.889										48.364
Papel/Cartão	16.494	14.231	14.432										45.157
Embalagens	8.836	7.984	8.792										25.612
Madeira	0.463	0.095	0.114										0.672
Pilhas	0.020	0.020	0.000										0.040

## **ANEXO D**

**(Diapositivos referentes à palestra concedida aos alunos do 12º ano submetida ao tema “Enquadramento Politico-Institucional da A21L no Quadro da ONU)**

Fonte: Miguel Martins.





AC

## **ANEXO E**

**(Diapositivos referentes ao Fórum de Participação Pública: “Agenda 21 Local, São Brás de Alportel”)**

Fonte: Miguel Martins.



- A Agenda Local procura assim contribuir para um desenvolvimento sustentável integrado, ou seja um modelo que englobe diversas, que de modo directo ou indirecto contribuem para a insustentabilidade das ações humanas e para a diminuição da qualidade de vida e delapidação dos recursos naturais.
- A nível europeu, a Estratégia Europeia de D.S (EEDS) procura incentivar e desenvolver planos de desenvolvimento sustentável entre os vários estados membros.
- A nível nacional, a Estratégia Nacional de D.S (ENDS) aprovada em conselho de ministros de Agosto de 2000 procura articular planos de desenvolvimento sustentável operacionalizar os mesmos através do plano de implementação (PIENDS).

## Diagnostico Sectorial de Sustentabilidade (Análise SW OT)

### Oportunidades:

- Possibilidades de criação de fluxos de turismo que privilegie as zonas residenciais em regiões com clima ameno, qualidade ambiental e paisagens condições de segurança.
- Existência de sectores populacionais (imigrantes e população residente não natural do concelho) com qualificação média a nível do ensino secundário superior.
- Implementação de programas de educação de adultos por parte da autarquia e associações locais, e uma forte aposta em cursos de especialização por parte da escola secundária.
- Realização anual da Feira da Serra permitindo uma divulgação dos produtos regionais.

### Ameaças:

- Aumento dos níveis de desemprego, maioritariamente devido à crise económica.
- Pressões acrescidas sobre fauna e flora através de práticas agrícolas, cinegéticas ou industriais.
- Aumento dos níveis de urbanização/industrialização na serra e no barrocal criando pressão ambiental e contribuindo para o desordenamento territorial.
- Reduzida mobilidade inovação do sector económico local.
- Aumento da criminalidade como consequência de um aumento da carestia de vida.

Ques

Ques

## **ANEXO F**

### **(Inquérito de Avaliação do Fórum A21L )**

Fonte: Miguel Martins.

## Inquérito de Avaliação do Fórum A21L

**1.** Avalie a Sessão de Participação Pública, tendo em conta os critérios/itens indicados na tabela.

Atribua uma classificação entre 1 a 5, colocando uma cruz na respectiva caixa, considerando: 1 – muito negativo e 5 – muito positivo.

Critérios/itens	Classificação				
	1	2	3	4	5
Organização do Fórum					
Ritmo de Trabalho e informação disponibilizada					
Desempenho geral do moderador					
Pertinência dos temas abordados					
Percepção de utilidade do Fórum					

**2.** Indique resumidamente os aspectos mais positivos e negativos do Fórum de participação pública:

---

---

---

---

---

**3.** Considera que seria útil a realização de mais sessões deste tipo desenvolvendo estas ou outras temáticas?

Sim \_\_\_\_

Não \_\_\_\_



#### 4. Informação Respeitante aos Participantes:

Decisor Político: \_\_\_\_\_

Empresário: \_\_\_\_\_

Técnico da Autarquia: \_\_\_\_\_

ONG: \_\_\_\_\_

Cidadão: \_\_\_\_\_

Outro:

---

---

## **ANEXO G**

### **(Output do SPSS Respeitante à Base de Dados do Inquérito de Avaliação da Sessão de Participação Pública )**

Fonte: Miguel Martins.

```

FREQUENCIES
  VARIABLES=Organização Ritmo Desempenho Pertinência Percepção
  /STATISTICS=STDDEV MINIMUM MAXIMUM MEAN MEDIAN
  /ORDER= ANALYSIS .

```

## Frequencies

[DataSet0] C:\Users\miguel martins\Documents\Tratamento de Dados Inquerito.sav

**Statistics**

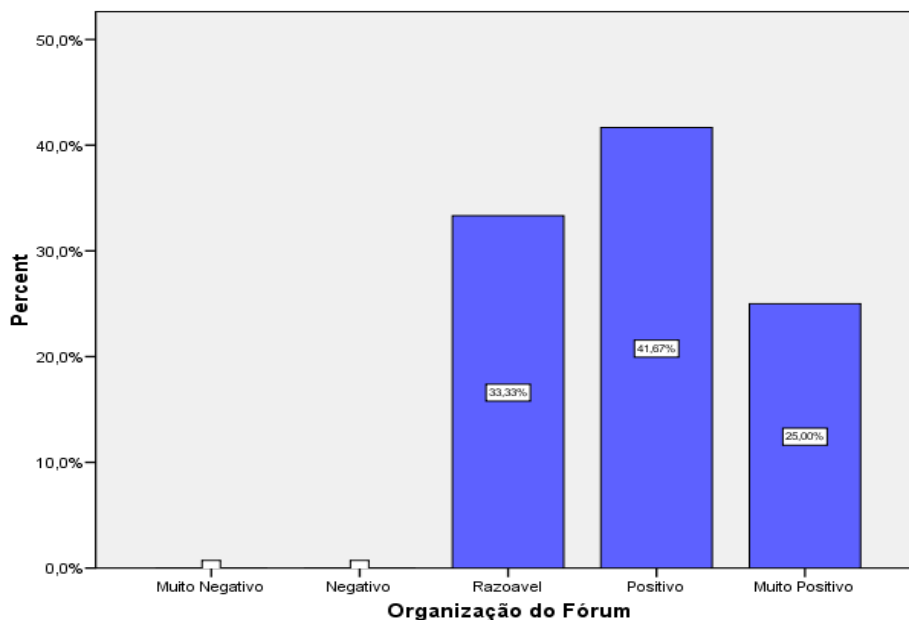
		Organização do Fórum	Ritmo de trabalho e informação disponibiliza da	Desempenho Geral do moderador	Pertinência dos Temas abordados	Percepção de utilidade do Fórum
N	Valid	12	12	12	12	12
	Missing	0	0	0	0	0
Mean		3,92	3,50	3,92	4,67	4,00
Median		4,00	3,50	4,00	5,00	4,00
Std. Deviation		,793	,798	,996	,492	1,044
Minimum		3	2	2	4	2
Maximum		5	5	5	5	5

## GGraph

[DataSet0] C:\Users\miguel martins\Documents\Tratamento de Dados Inquerito.sav

## GGraph

[DataSet0] C:\Users\miguel martins\Documents\Tratamento de Dados Inquerito.sav



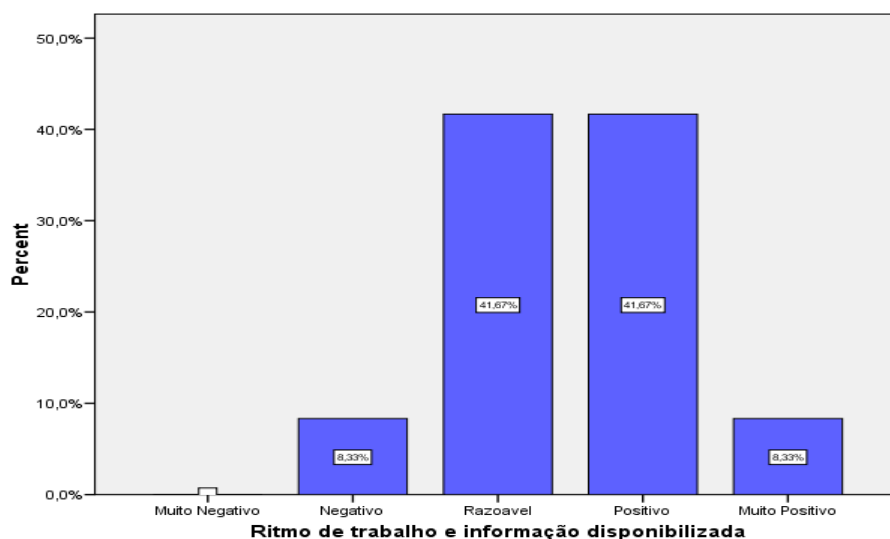
```

* Chart Builder.
GGRAPH
/GRAPHDATASET NAME="graphdataset" VARIABLES=Ritmo COUNT()[name="COUNT"]
MISSING=LISTWISE REPORTMISSING=NO
/GRAPHSPEC SOURCE=INLINE.
BEGIN GPL
SOURCE: s=userSource(id("graphdataset"))
DATA: Ritmo=col(source(s), name("Ritmo"), unit.category())
DATA: COUNT=col(source(s), name("COUNT"))
GUIDE: axis(dim(1), label("Ritmo de trabalho e informação ",
"disponibilizada"))
GUIDE: axis(dim(2), label("Percent"))
SCALE: cat(dim(1), include("1", "2", "3", "4", "5"))
SCALE: linear(dim(2), include(0))
ELEMENT: interval(position(summary.percent(Ritmo*COUNT, base.all(
acrossPanels()))), shape.interior(shape.square))
END GPL.

```

## GGraph

[DataSet0] C:\Users\miguel martins\Documents\Tratamento de Dados  
Inquerito.sav



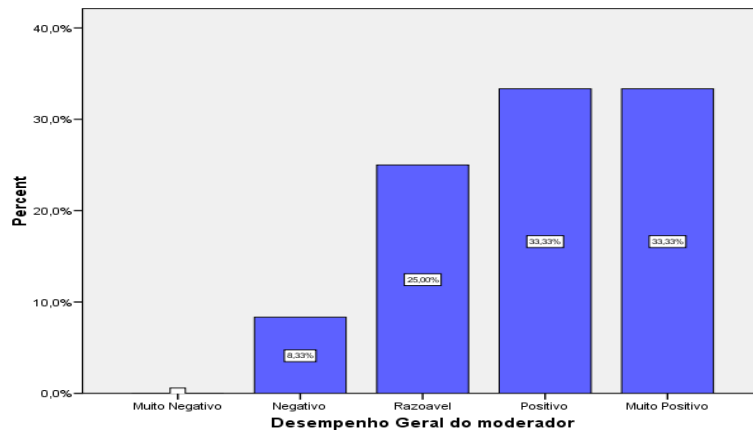
```

* Chart Builder.
GGRAPH
/GRAPHDATASET NAME="graphdataset" VARIABLES=Desempenho COUNT()[name=
"COUNT"] MISSING=LISTWISE REPORTMISSING=NO
/GRAPHSPEC SOURCE=INLINE.
BEGIN GPL
SOURCE: s=userSource(id("graphdataset"))
DATA: Desempenho=col(source(s), name("Desempenho"), unit.category())
DATA: COUNT=col(source(s), name("COUNT"))
GUIDE: axis(dim(1), label("Desempenho Geral do moderador"))
GUIDE: axis(dim(2), label("Percent"))
SCALE: cat(dim(1), include("1", "2", "3", "4", "5"))
SCALE: linear(dim(2), include(0))
ELEMENT: interval(position(summary.percent(Desempenho*COUNT, base.all(
acrossPanels()))), shape.interior(shape.square))
END GPL.

```

## GGraph

[DataSet0] C:\Users\miguel martins\Documents\Tratamento de Dados Inquerito.sav



\* Chart Builder.

GGRAPH

```
/GRAPHDATASET NAME="graphdataset" VARIABLES=Pertinência COUNT() [name=
"COUNT"] MISSING=LISTWISE REPORTMISSING=NO
/GRAPHSPEC SOURCE=INLINE.
```

BEGIN GPL

```
SOURCE: s=userSource(id("graphdataset"))
```

```
DATA: Pertinência=col(source(s), name("Pertinência"), unit.category())
```

```
DATA: COUNT=col(source(s), name("COUNT"))
```

```
GUIDE: axis(dim(1), label("Pertinência dos Temas abordados"))
```

```
GUIDE: axis(dim(2), label("Percent"))
```

```
SCALE: cat(dim(1), include("1", "2", "3", "4", "5"))
```

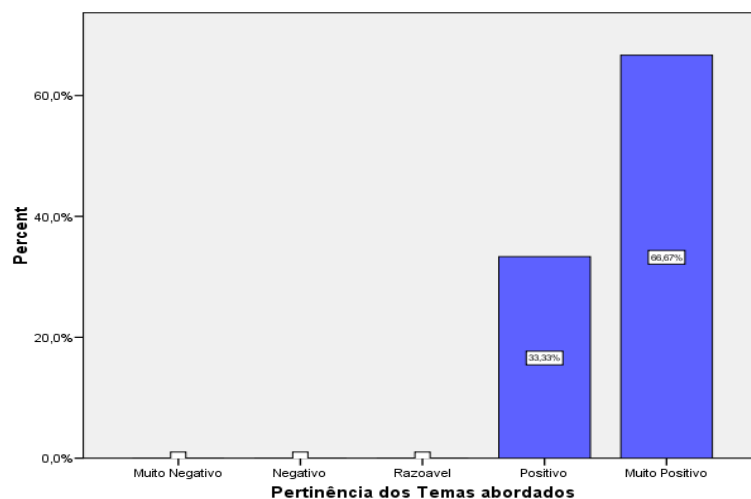
```
SCALE: linear(dim(2), include(0))
```

```
ELEMENT: interval(position(summary.percent(Pertinência*COUNT, base.all(
acrossPanels()))), shape.interior(shape.square))
```

END GPL.

## GGraph

[DataSet0] C:\Users\miguel martins\Documents\Tratamento de Dados Inquerito.sav



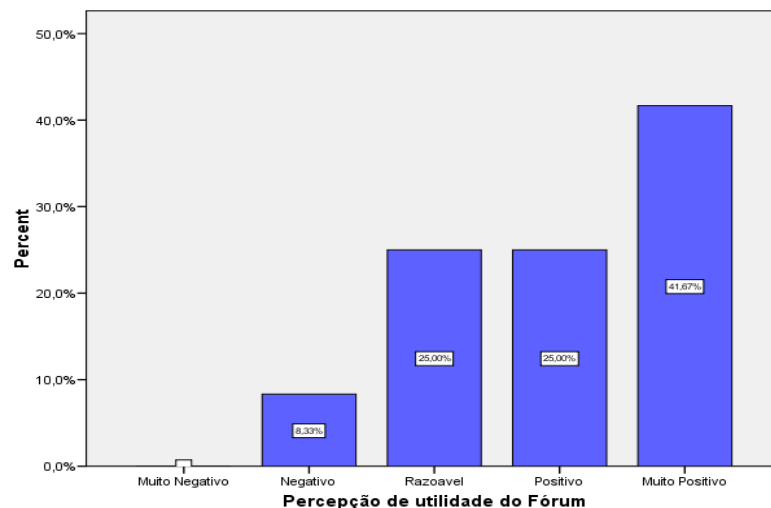
```

* Chart Builder.
GGRAPH
  /GRAPHDATASET NAME="graphdataset" VARIABLES=Percepção COUNT() [name=
    "COUNT"] MISSING=LISTWISE REPORTMISSING=NO
  /GRAPHSPEC SOURCE=INLINE.
BEGIN GPL
  SOURCE: s=userSource(id("graphdataset"))
  DATA: Percepção=col(source(s), name("Percepção"), unit.category())
  DATA: COUNT=col(source(s), name("COUNT"))
  GUIDE: axis(dim(1), label("Percepção de utilidade do Fórum"))
  GUIDE: axis(dim(2), label("Percent"))
  SCALE: cat(dim(1), include("1", "2", "3", "4", "5"))
  SCALE: linear(dim(2), include(0))
  ELEMENT: interval(position(summary.percent(Percepção*COUNT, base.all(
    acrossPanels()))), shape.interior(shape.square))
END GPL.

```

## GGraph

[DataSet0] C:\Users\miguel martins\Documents\Tratamento de Dados Inquerito.sav



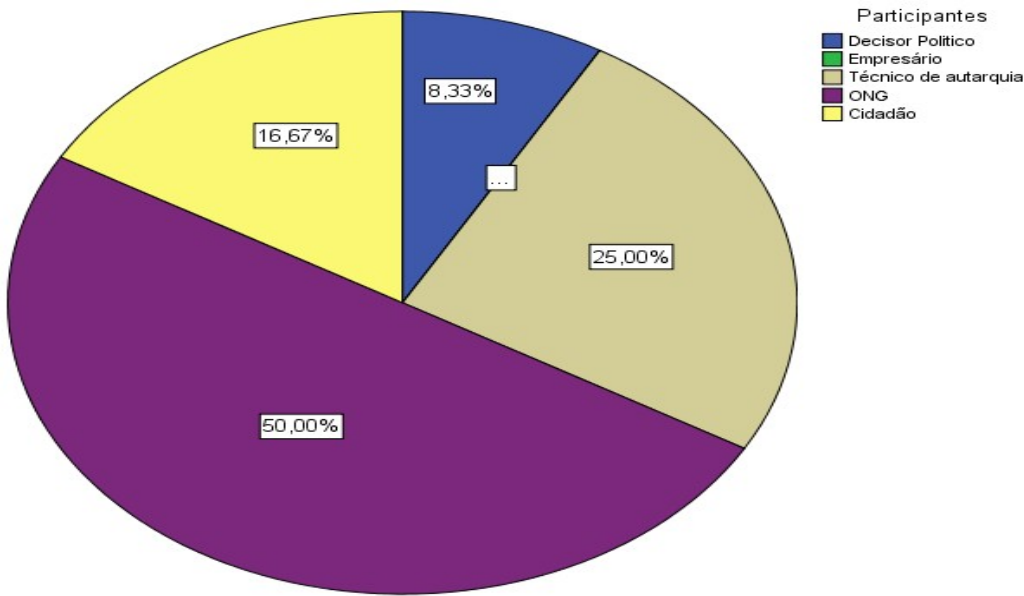
```

* Chart Builder.
GGRAPH
  /GRAPHDATASET NAME="graphdataset" VARIABLES=COUNT() [name="COUNT"]
  Participantes MISSING=LISTWISE REPORTMISSING=NO
  /GRAPHSPEC SOURCE=INLINE.
BEGIN GPL
  SOURCE: s=userSource(id("graphdataset"))
  DATA: COUNT=col(source(s), name("COUNT"))
  DATA: Participantes=col(source(s), name("Participantes"), unit.category())
  )
  COORD: polar.theta(startAngle(0))
  GUIDE: axis(dim(1), null())
  GUIDE: legend(aesthetic(aesthetic.color.interior), label("Participantes")
  )
  SCALE: linear(dim(1), dataMinimum(), dataMaximum())
  SCALE: cat(aesthetic(aesthetic.color.interior), include("1", "2", "3",
    "4", "5"))
  ELEMENT: interval.stack(position(summary.percent(summary.percent(COUNT,
    base.all(acrossPanels())))), color.interior(Participantes))
END GPL.

```

GGraph

[DataSet0] C:\Users\miguel martins\Documents\Tratamento de Dados Inquerito.sav



File Information

[DataSet1] C:\Users\miguel martins\Documents\Tratamento de Dados Inquerito.sav

Variable Information							
Variable	Position	Label	Measurement Level	Column Width	Alignment	Print Format	Write Format
Organização	1	Organizaçã o do Fórum	Nominal	8	Right	F8	F8
Ritmo	2	Ritmo de trabalho e informação disponibiliz ada	Nominal	8	Right	F8	F8
Desempenho	3	Desempen ho Geral do moderador	Nominal	8	Right	F8	F8
Pertinência	4	Pertinência dos Temas abordados	Nominal	8	Right	F8	F8
Percepção	5	Percepção de utilidade do Fórum	Nominal	8	Right	F8	F8
Utilidade	6	Utilidade do Fórum	Scale	8	Right	F8	F8
Participantes	7	<none>	Nominal	8	Right	F8	F8

Variables in the working file